



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA  
REALIZADA NO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2024

**Ata n.º 28**

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de nove de fevereiro, sendo a Mesa Composta por: -----  
Presidente da Assembleia Municipal: Francisco José Pereira de Oliveira; -----  
Primeira Secretária: Cláudia Sofia Pais Raimundo; -----  
Segundo Secretário: José Manuel Guerreiro Vila-Nova; -----  
e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**PONTO UM:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

**PONTO DOIS:** Apreciação e deliberação das atas de 11-12-2023 e 29-01-2024; -----

**PONTO TRÊS:** Tomada de conhecimento dos Apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho; -----

**PONTO QUATRO:** Tomada de conhecimento das Declarações de compromissos plurianuais e de pagamentos e recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2023; ---

**PONTO CINCO:** Tomada de conhecimento da relação dos compromissos plurianuais assumidos pelo Presidente da Câmara Municipal; -----

**PONTO SEIS:** Tomada de conhecimento da demonstração do Desempenho Orçamental e da demonstração dos Fluxos de Caixa relativos ao ano de 2023; -----

**PONTO SETE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2024-2028; -----

**PONTO OITO:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão -Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2024-2028, incluindo a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal, incluindo Plano de Recrutamento para o ano 2024; -----

**PONTO NOVE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação prevista no n.º 1 do artigo 13.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto referente à proposta de designação da composição dos júris de recrutamento para os cargos de direção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º grau da Estrutura Orgânica do Município de Albufeira; -----

**PONTO DEZ:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de certidão de declaração de Interesse Municipal (DIM) para a unidade de produção H2 Verde de Albufeira, no Escarpão; -----

**PONTO ONZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21



de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura "Requalificação e Ampliação da Creche "Os Amendoinhas" no âmbito do Aviso n.º 09/C03-i01/2023 - Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais; -----

**PONTO DOZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura Participação como Investidor Social no Projeto "UpGrades", no âmbito do Aviso ALGARVE-2023-04 - Parcerias para a inovação social que visem o desenvolvimento de competências em crianças e jovens; -----

**PONTO TREZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Empreitada para execução de coletores e ramais de águas residuais e pluviais, com o preço base de 254.400,00€ + IVA; -----

**PONTO CATORZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público para o aluguer de viaturas com condutor para limpeza dos coletores das redes de águas residuais e pluviais, até ao limite de 420.000,00€ + IVA; -----

**PONTO QUINZE:** Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao Concurso Público com publicação de anúncio no JOUE para a "Concessão do Direito de Uso Privado de espaço Público para a Instalação e Operação de Pontos de Carregamento de Baterias de Veículos Elétricos, em locais públicos de acesso público, no concelho de Albufeira; -----

**PONTO DEZASSEIS:** Apreciação e tomada de posição, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Relatório n.º 1/2024 do Tribunal de Contas referente à Auditoria à Dimensão Financeira do Processo de Descentralização de Competências (2022). -----

**PRESENÇAS:** Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francisco José Pereira de Oliveira, Raúl Manuel Soares Ferreira, Carlos Sérgio Freire Quintino, Inês Pinto da Mota de Barbosa Mendonça, Mónica Filipa Dâmaso Félix Coimbra, Teresa Cristina da Palma Neto, Domingos Manuel Martins Coelho, Antonieta Helena Bernardino Dias, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Luna Silva, Leonardo Manuel Teixeira do Paço, Luis Matias Afonso, Sílvia Manuela Martins Cabrita da Silva Dias, Carla Alexandra dos Santos Vieira, David Antony Ferreira, Cláudia Sofia Pais Raimundo, André Jorge Pardal Milheiro Lima, José Manuel Guerreiro Vila-Nova, Carlos Manuel Brito Mendes, Carla Alexandra Sousa Bentes Madeira, bem como os Presidentes da Junta de



Freguesia de Ferreiras - Jorge do Carmo e da freguesia de Paderne - João Ruaça e os Secretários da Junta de Freguesia da Guia - José cabanita e de Albufeira e Olhos de Água - Cristina Corado. -----

**Faltas:** Helena Simões, Margarida Guilherme, Presidente da Junta de Freguesia da Guia e Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

**Substituições:** Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros e devidamente justificados, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Teresa Neto, David Ferreira, José Cabanita e Cristina Corado. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Martins Rolo e dos Vereadores, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, Cristiano José da Ponte Cabrita, Victor de Oliveira Ferraz, Cláudia Cristina Dias Guedelha e António Abel Zua Coelho. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

**PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** -----

Isabel Romão: "Boa noite, estou aqui para agradecer à excelentíssima senhora Vereadora e a toda a comunidade escolar que, após eu ter vindo aqui no passado dia vinte e nove, existiram algumas alterações, melhorias claras, muitas, sendo coincidências, outras parecendo mais factos. Estou aqui como mãe e como funcionária e também cidadã. Com muito respeito pela Assembleia, sendo a casa da democracia e como o Carnaval já acabou, e o Dia das Mentiras ainda está distante, venho aqui informar que o que me fez vir aqui, foram muitas situações. Dizem que não é verdade, mas é! Nós trabalhadores, somos de alguma forma intimidados, eu digo-vos, eu fui vítima de ameaça, de agressões físicas, quatro vezes no meu local de trabalho. Houve muita gritaria, muitos objetos jogados ao ar, houve quem não respeitasse as regras e nada aconteceu! Portanto, eu não visto nenhuma camisola política, inscrevi-me num sindicato, apresentei a inscrição, no passado dia vinte e nove de Janeiro, e o que é interessante é que, como eu já afirmei, a porta do forno explodiu-me na cara, não tive ninguém da direção que até à data chegasse ao pé de mim e dissesse: Está bem? Precisa de alguma coisa? O que é que se passou? Muitas coisas se passaram ali, esta explosão mexeu muito comigo, mas caricato é que, quando eu estive de baixa chamaram-me para uma reunião onde fui questionada e até com algumas insinuações, o



porquê da minha baixa, entre muitas outras situações. Tenho a agradecer à senhora Vereadora pelo excelentíssimo trabalho como os outros demais, que cumpriu, desde o seu conhecimento e intervenção, muita coisa mudou. A própria se deslocou ao local e os nossos meninos com a senhora Vereadora, com certeza que estão mais protegidos." ----

Paolo Funassi: "Boa noite a todos, a primavera e o verão estão a chegar e com eles milhares de turistas e trabalhadores que virão para trabalhar no turismo e não só. O turismo como vocês sabem, não conhecem horários, muitos serviços fecham depois das vinte e duas e trinta, vinte e três horas. Todos estes horários, fora dos típicos horários convencionais diurnos, mas os turistas que passeiam pela cidade, criam à noite caravanas de centenas e centenas de pessoas, caminhando pela cidade para poder regressar aos seus alojamentos. Os serviços privados não conseguem dar resposta a todas estas situações, sem contar com o preço dos serviços fora das possibilidades da maioria dos trabalhadores. O serviço de autocarro público em Albufeira é bom, em muitas partes da cidade, e em alguns horários, mas o que venho propor é poder alargar o horário do serviço de autocarro ainda mais, pelo menos de abril a novembro, para dar resposta aos milhares de visitantes e trabalhadores, e os privados não teriam prejuízo, pois nessa época há clientes para todos. E se poder estudar, de pelo menos aos domingos, uma certa gratuidade para ajudar, por exemplo, as pessoas como nossos amigos evangélicos, ortodoxos, ou a nossa comunidade católica, ou hinduístas que vão, por exemplo, fazer o culto, que não é uma atividade económica, poderia talvez ser uma boa ideia. Se há pessoas que vêm de todos os cantos do mundo também para morar, mas muitos não falam português, e isso cria problema não só para essas pessoas, mas para muitos serviços públicos da cidade, vocês próprios já terão tido algum exemplo presencial de largas filas nas Finanças, Segurança Social, Câmara Municipal, porque as filas não avançam, pois apesar do esforço sobre-humano de muitos funcionários dos citados serviços e de cidadãos que não falam português, obviamente que têm dificuldades em entender e resolver as suas questões. Como eu digo muitas vezes, a integração tem que ser dos dois lados, a integração, quero sublinhar convém mais a quem aqui reside, pois se há milhares de pessoas não integradas, o problema cai no colo da cidade e da população, portanto, eu venho aqui sugerir uma ideia ao Presidente da Câmara Municipal, a ideia de que, com humildade digo que, se já está implementada eu não sei, no caso, nunca me apercebi, eu sei que há o gabinete do emigrante, aliás, eu sei mas muitos milhares que não sabem e o gabinete do emigrante é isso, é um gabinete



que fica à espera que os emigrantes se desloquem até ali, mas como acontece com as forças de segurança que para serem eficazes, têm que sair dos quartéis e ir onde estão os problemas, não ficar à espera fechados no gabinete. Então eis a proposta, precisamos de formar uma equipa de mediadores culturais que atuem pelo menos rotativamente em órgãos como finanças, segurança social e centro de saúde espalhados pelo concelho. É já uma necessidade gritante, e mais do que tradutores, seriam profissionais que podem fornecer informações sobre as questões burocráticas. Além disso, seriam vistos como figura de referência nas suas comunidades e por exemplo também podem ser solicitadas pontualmente para reuniões escolares ou formação nas empresas. Mediadores culturais existem em outras cidades portuguesas, portanto, não é nenhuma invenção minha, venho então pedir ao Presidente Rolo se pode ser estudada essa possibilidade, que melhoraria os serviços públicos e a qualidade de vida da nossa cidade. Também queria dizer que quando eu erro, sei reconhecer o erro, e queria pedir desculpa ao Partido Chega, porque eu gosto da política, da polémica e não tem nada a ver a Assembleia Municipal com as polémicas políticas, citando qualquer partido, portanto, fez muito bem a deputada Luna, digamos assim, em intervir para colocar ordem e falar de uma democracia saudável, portanto, está de parabéns. Por último, queria saber uma coisa, sobre a dessalinizadora prevista aqui em Albufeira, lamentavelmente, e se a Câmara Municipal deu alguma autorização de construção disso ou a Câmara não tem nada a ver, e é uma questão como me dizem sempre regional ou nacional?" -----

Miguel Pescada: "Boa noite, eu tenho um problema de ruído com um bar que é o Caipirinha Man que, entretanto, já fiz queixa desde catorze de abril de dois mil e vinte e três, eu e os outros moradores. Fazendo um resumo muito simples, já conhece o caso, já foi exposto, tenho um problema com os emails que não são respondidos, mas, entretanto, já recebemos uma carta do Presidente que disse que tiveram autos de notícia por estarem sem licença e numa estrutura ilegal, porém, isso foi em setembro, porém, tiveram atividade até dezasseis de dezembro e o indivíduo que faz a exploração está a aclamar que vai abrir a um de março. A minha pergunta é: qual é a data de notificação de encerramento do edifício, da exploração, e da licença? E qual é a data de notificação para retirar a estrutura ilegal que está a estorvar a curva do caminho de estrada?" -----



Cláudia Pereira: “Boa noite, eu estive aqui há um mês, nesta Assembleia Municipal no sentido de solicitar para agilizarem o processo de transferência dos cães das boxes antigas para as novas boxes, estou a falar em relação ao centro de bem-estar animal, portanto, as novas boxes estão prontas a ocupar, a obra está terminada e isto foi aqui confirmado há um mês. As boxes antigas onde os cães se mantêm, estão muito degradadas, chove lá dentro, estão sobrelotadas, obrigando os animais a viver em condições precárias, sendo que as condições em que vivem tem um impacto direto na qualidade de vida e na saúde dos animais e vai contribuir para desenvolverem comportamentos agressivos e destrutivos que irão dificultar a sua adoção. Estamos a falar de seres vivos. Em dois mil e dezassete a legislação estabeleceu um estatuto jurídico dos animais, reconhecendo a sua natureza de seres vivos, dotados de sensibilidade. Quer isto dizer que o estatuto legal dos animais deixava de serem igual ao das coisas, os animais, tal como nós, têm a capacidade de sentirem e até mesmo de expressar sentimentos, tais como medo, tristeza, sofrimento e dor. Eu, de facto, não conhecia o canil municipal há seis anos, mas conheço-o agora, conhece as infraestruturas que são muito boas, estão novas prontas a utilizar, ou seja, existem infraestruturas e os cães continuam nas mesmas boxes de há seis anos, sendo que estas agora estão ainda mais degradadas. Falta o veterinário municipal, falta e aparentemente, não existem muitos candidatos interessados na vaga. Ao entrar no abrigo, os animais devem passar por uma avaliação clínica realizada pelo médico veterinário. Aqui trata-se de cães que já estão no centro de bem-estar animal, portanto, já dispensam essa avaliação médica veterinária. Neste momento, existem cães em boxes sombrias, sem nenhuma luz solar, existem cães a viver em gaiolas, existem cães com problemas comportamentais que precisam de treino e, para isso, devem de estar isolados. Na receção, no escritório das funcionárias, existem cães que estão em recuperação e deveriam de estar em boxes, portanto, estão doentes e precisavam de estar a recuperar em boxes e não no escritório das funcionárias. Para além disso, os acessos às boxes são muito perigosos e eu já disse da última vez, não sei como é que nunca caiu lá nenhuma funcionária, estou a referir-me às boxes antigas. Eu vou repetir, as boxes novas estão prontas, foi confirmado o mês passado que a obra foi concluída em novembro de dois mil e vinte e três. A obra está terminada, o investimento necessário está feito, não é necessário médico veterinário, pois trata-se de cães que já estão no centro de bem-estar animal é só mudá-los de um sítio para o



outro e dar-lhes mais qualidade de vida. Quero acrescentar, que a média de vida de um cão é de quinze anos, portanto façam as contas. Penso que o Senhor Presidente é bom a matemática, eu não sou, façam as contas e vejam quantos anos representam para estes animais esta espera. Como ainda tenho um minuto, eu vou vos falar de uma tragédia que aconteceu há um ano, sete de fevereiro, Abel corrija-me se tiver errada. Houve um sismo na Turquia, que matou milhares de pessoas, nos dias seguintes, a Câmara de Albufeira enviou para a Turquia através dos Bombeiros Voluntários de Albufeira, o bombeiro Cláudio e André, que foi acompanhado do Axe, é um "pastor malinois" que pertence à corporação dos Bombeiros Voluntários de Albufeira e que participou nas buscas de salvamento na Turquia, portanto, eu acho que isto é suficiente para ver que nós temos que dar dignidade e temos que respeitar os cães." -----

Ivo Laranjo: "Primeiramente, agradecer ao Senhor Presidente pelo alcatroamento feito na zona da Rua Coronel Águas, foi também intervenção relativamente à atividade que ocorreu e ao qual agradeço imensamente e aquele povo que ali está naquela zona, os mais idosos agradecem em meu nome pessoal também para o chegar a si. Congratular o executivo pela execução da nova infraestrutura de Cuidados Continuados na Junta de Freguesia da Guia e que atrás destas obras se possam concretizar muitas outras, ao serviço básico, à necessidade do povo, para haver mais e melhor no que diz respeito à saúde, educação e habitação. Pedir também a colaboração do executivo no que diz respeito à iluminação da cruz de Igreja Matriz, um símbolo alto da parte antiga da nossa cidade, uma vez que a mesma já está assim há mais de seis meses, meia acesa, portanto, agradeço que haja, se possível também de sua parte uma comunicação entre os órgãos devidos para com o Prior da Paróquia de Albufeira. E congratular também o senhor Vereador Ricardo Clemente pela dignidade que deu aos cemitérios, tanto o velho quanto o novo, no que diz respeito ao embelezamento, ao cuidado pelas pessoas que lá estão enterradas. Parabenizar também a Vereadora Cláudia Guedelha, pelas atividades e pela preocupação no setor da educação e os seus feitos no setor do bem-estar animal, que também deve ser aqui deixado uma marca." -----

Presidente da Câmara: "Boa noite a todos, senhora Dona Isabel Romão agradeço a sua intervenção, é sempre bom ouvir não apenas reclamações, mas constatações de factos ocorridos que muitas vezes as pessoas não transmitem, é natural, mas tem de se entender como legítimo e natural. O senhor Paolo Funassi abordou aqui algumas questões relacionadas com transportes nos diversos níveis, diversos aspetos e até iria



acrescentar um transporte que falta, que é a determinadas horas da noite, para os trabalhadores que trabalham em hotéis e que não são servidos por rede de transportes públicos, torna-se muitas vezes difícil e estamos a estudar essa vertente. Evidentemente, que não se consegue numa rede de transportes públicos, fazer uma cobertura cem por cento, daquilo que são todas as necessidades e todas as carências de mobilidade que as pessoas têm, quer casa-trabalho, quer o trabalho-casa, quer casa-escola, o que está mais garantido é a escola-casa, casa-escola, evidente, que é a educação que é uma das responsabilidades do município. Quanto ao resto, já é mais difícil, porque sendo extremamente disperso, portanto, temos também a freguesia de Paderne que é mais interior, que também precisa ter uma atenção especial para aquele transporte para essa freguesia, mas estamos a estudar essa situação. Relativamente ao gabinete do emigrante, eles não estão fechados no gabinete, a porta está sempre aberta a horas convenientes e que, com certeza tem sido um sítio bom para que as pessoas se possam ir informar e tratar de aspetos relacionados com a sua vivência num país diferente daquele de são naturais. Depois falou nas filas de esperas, nos vários serviços públicos, é verdade, existe um serviço que às sete e um quarto, sete e vinte da manhã, ainda hoje aconteceu isso, quando vinha para a câmara, o serviço das Finanças estava com trinta pessoas já a essa hora, e todos os dias isso acontece. Não sei qual é a razão, talvez por via do número de identificação fiscal, e aqui ao lado no registo acontece a mesma coisa, com menos gente, mas por volta das oito, oito e meia já estão ali vinte pessoas à espera. O mesmo caso, mesmo facto, não acontece na Câmara, não acontece noutros serviços, mas nestes dois sou testemunha disso, todos os dias, mas é mesmo todos os dias. Relativamente à dessalinizadora, disse e bem, isso é uma responsabilidade das Águas do Algarve e Águas de Portugal, portanto, não passa pela Câmara Municipal. Depois as questões do senhor Miguel Pescada por causa do bar Caipirinha, iria pedir ao Senhor Vice-Presidente para dar aqui uma informação.” -----

Vice-Presidente: “Muito boa noite, relativamente à questão do Caipirinha Man, há pouco tive a oportunidade, não sei se já está aqui na sala, de falar com o senhor Artur Correia, que também é parte interessada no processo para explicar o seguinte, o que está em causa no mesmo estabelecimento Caipirinha Man não é a questão do ruído, ou não é só a questão do ruído, a lateralidade do ruído decorre daquilo que é ilegalidade de edificação daquele edifício, portanto, que está a decorrer neste momento na Câmara Municipal, é um processo de repor neste caso, existe uma contraparte, que é



os senhores que estão a explorar o estabelecimento. A Câmara Municipal já os notificou da ilegalidade da construção e agora está a decorrer, no âmbito do Código Procedimento Administrativo, a resposta. O que está aqui em causa é sobretudo uma questão urbanística que tem a ver com a ilegalidade na construção daquela edificação. Depois, tem questões laterais, que é a questão do ruído, que decorre daquilo que é a primeira instância, esse pressuposto que é um pressuposto ilegal e, portanto, eu iria sugerir, não sei se o senhor Pescada já o fez, para se constituir como parte interessada no processo, por uma questão de proteção de dados, convém que contacte com o nosso departamento jurídico, aqui no primeiro andar e que se constitua como parte interessada no processo, para ter acesso àquilo que é a informação toda e para que não haja qualquer tipo de dúvidas, e que seja esclarecido sempre. Quando tiver alguma questão a colocar aqui no primeiro andar, junto da nossa divisão jurídica e, seguirá sempre tudo aquilo que é o pressuposto legal da Câmara Municipal e da contraparte." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à senhora que falou no centro de bem-estar animal, e como o pelouro é da responsabilidade da Vereadora Cláudia Guedelha, pedia para fazer uma intervenção para esclarecer esta situação que abordou aqui, que tem a ver também com a questão dos veterinários, penso que isso está a ficar ultrapassado, e estas questões irão ser resolvidas, com certeza dentro de pouco tempo." -----

Vereadora Cláudia Guedelha: "Boa noite, vou ser breve, porque aquilo que foi explicado na última Assembleia à Dona Cláudia mantém-se. E só salientar que ninguém é mais preocupado com a questão animal do que eu, portanto, aí estamos em igualdade e ninguém tem mais vontade de resolver, estamos em pé de igualdade novamente, portanto, em breve estará tudo no devido lugar. E em resultado do trabalho que foi uma coragem, um esforço a implementar por parte deste executivo, a implementar toda esta resposta animal desde carrinha, desde o parque canino, desde o cemitério animal, desde o próprio canil, portanto, foi um esforço, uma vontade com o dinheiro dos munícipes e que vai estar a funcionar em pleno em breve." -----

Presidente da Câmara: "Registei de bom grado aquilo com que o senhor Ivo Iaranjo aqui disse, registei também a necessidade de iluminação da cruz da Igreja Matriz, embora a parte da iluminação seja muito difícil, porque estamos a colaborar com a E-Redes e a E-Redes não corresponde muito bem àquilo que são as solicitações do município, neste



caso e dos municípios em geral, mas está registada a nota e vai ser tratado esse assunto.” -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, o Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia. -----

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Raul Ferreira: “Antes de mais, os meus cumprimentos, a minha questão é a seguinte, salvo melhor opinião, a deputada Helena Dias, que está pela primeira vez nesta Assembleia, deve tomar posse do lugar que ocupa, uma vez que está em substituição permanente do deputado Carlos Vieira do MIPA, que renunciou ao mandato. É essa a questão, ela não foi chamada, e penso que para a legalidade e para a Assembleia decorrer dentro da normalidade e dentro da lei terá de tomar posse.” -----

Presidente da Assembleia: “Normalmente, a regra que tem sido seguida quando há substituições relativamente a deputados é de que não há tomada de posse. Porém, neste caso concreto, estamos perante uma situação de uma renúncia, e não de uma substituição. Como referi, quando há substituição temporária, não há tomada de posse, a pessoa vem à Assembleia e assume a posição do deputado a substituir. Neste caso concreto, haverá que dar posse ao novo membro da Assembleia que se trinará um membro permanente. Iremos preparar a documentação e depois do período antes da ordem do dia, a senhora deputada municipal tomará posse.” -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: “Boa noite a todos, trago aqui uma questão que já trouxe cá várias vezes, é uma questão que têm feito muitas vezes lá na junta e espero que as pessoas lá em casa estejam a ver, porque a resposta é precisamente para eles que o Senhor Presidente vai dar. Houve o encerramento dos parques infantis na zona da estação, foram encerrados antes do COVID, depois a seguir ao COVID o Senhor Presidente disse aqui numa Assembleia que tinha sido a ASAE, mas o COVID já foi há dois anos, e aquilo continua fechado. A Junta de Freguesia não se tinha importado de dar a manutenção, aliás nos primeiros anos dávamos a manutenção, até ter sido chamado a atenção de que aquilo era uma competência da Câmara, e que a Câmara tinha uma empresa para dar a manutenção aos parques infantis e a partir daí, nunca mais foi feito mais nada. Todos os dias vão pessoas à Junta, outras enviam mensagens a perguntar isto. Outra questão que também é pertinente é que, temos um caminho cortado no Escarpão, toda a gente sabe,



onde passa o Algarvensis, primeiro cortaram um caminho que estava lá à direta, nós entendíamos que era público, mas a Câmara é que sabe, é que tem essas competências, cortaram, esteve uma série de tempo cortado, passávamos por outro caminho que até a Junta arranhou várias vezes, que era alternativo e agora cortaram os dois caminhos, já há quatro ou cinco meses. Têm feito questões, na Junta de Freguesia, e era para saber em que ponto de situação em que está isso, uma vez que é também competência do Município e do Ministério Público. Não sei se a Câmara já comunicou ao Ministério Público que o caminho está cortado, em princípio, o caminho público não precisa de participação, mas se ninguém alertar também não sabem. A terceira questão é a obra está a decorrer em Ferreiras, que é de agradecer e louvar, finalmente está a ser feita, não está a ser feita com os conformes como já tínhamos falado, mas está a ser feita. Mas alcatroaram uma parte nas ferreiras, que é a parte que vai para Paderne, que dá muito jeito, mas os comerciantes que estão ali, estão todos a queixar-se, porque junto às esplanadas deles tiraram o alcatrão. Portanto, estamos a falar de uma Freguesia que está em crescimento, estamos a falar que o comércio é a base de qualquer cidade ou aldeia, e que os comerciantes estão a perder dinheiro desnecessariamente, onde eu penso que, junto à rotunda, já deviam estar os caminhos alcatroados, e as esplanadas feitas. Deviam ter sido prioridade do município e da obra que está lá a decorrer. Gostava também de agradecer a ajuda que a Câmara deu no Carnaval, foi um sucesso, tanto as licenças, como a Polícia Municipal que esteve lá, e à Proteção Civil desde já o meu obrigado e obrigado também pelas obras que estão a ser feitas finalmente em Ferreiras." -----

Luna Silva: "Boa noite a todos, o pacote legislativo denominado Simplex Urbanístico, aprovado pelo decreto-lei número dez barra dois mil e vinte e quatro de oito de janeiro, apresenta uma reforma do regime jurídico do licenciamento urbanístico com vinte e seis novas medidas, sendo que a maioria apenas entrará em vigor a partir de quatro de março de dois mil e vinte e quatro e que visam essencialmente em simplificar e acelerar os procedimentos. Uma simplificação de procedimentos no urbanismo e no ordenamento do território com dois objetivos, simplificação de procedimentos para empresas, para ajudar o investimento e o emprego, e simplificação de procedimentos para habitação, reduzindo o tempo e os custos para a construção de novas habitações. De forma sintética, as alterações mais relevantes em matéria de urbanismo, com especial incidência nas alterações do regime jurídico da urbanização e da edificação



(RJUE) são as seguintes: alterações relativas à sujeição ao licenciamento e à comunicação prévia, novos casos de isenção de licença, como é o caso da demolição de obras ilegais e novos casos de comunicação prévia, alterações relativas a isenção de controlo prévio, eliminação do alvará de licença de construção e agilidade de prazos para a realização de obras. O início de obras após informação prévia favorável, passará a ser de dois anos e ainda, o alargamento do prazo para a execução de obras deixa de ter as limitações de apenas poder ser solicitado uma vez. Simplificação dos procedimentos de licença, deferimento tácito nas licenças de construção e certificação de deferimento tácito, através da emissão de uma certidão obtida num procedimento eletrónico, sobre esta matéria do deferimento tácito, é importante mencionar o seguinte: a deliberação da Câmara Municipal sobre o pedido de licenciamento passa a estar sujeita a deferimento tácito, caso não seja tomada nos prazos legalmente previstos, sendo eliminado o processo de intimação judicial para a prática do ato devido. Estes prazos que atualmente oscilam entre trinta e quarenta e cinco dias, são ampliados para cento e vinte, cento e cinquenta e duzentos dias e passam a contar-se a partir da data da submissão do respetivo pedido por parte do interessado. Referir ainda, as fases do procedimento simplificado de reclassificação dos solos, primeira fase, elaboração pela Câmara Municipal, segunda fase em simultâneo, consulta pública com a duração mínima de dez dias, a conferência procedimental para auscultação e ponderação de interesses públicos sectoriais, terceira fase de preparação da proposta pela Câmara e quarta fase, aprovação pela Assembleia Municipal. Outras alterações, nomeadamente no âmbito da delegação de poderes do Presidente da Câmara e do Vereador com o pelouro para os dirigentes dos Serviços Municipais, emissão de pareceres e o local onde serão publicados, clarificação dos poderes de apreciação dos municípios, como é o caso das especialidades entre outras matérias que, dada a sua extensão, é-me impossível falar aqui sobre todas elas, contudo, devem ser do conhecimento público, face à sua importância e ao seu impacto nas empresas, nos particulares e no município. Inicialmente, iria propor uma sugestão, realização de uma conferência sobre estas alterações, no entanto, tenho conhecimento que a Câmara Municipal já tomou essa iniciativa, para o próximo dia vinte e três de fevereiro, neste mesmo salão. Não obstante, deixo como proposta que a conferência passe em direto para ter um alcance maior aos demais interessados. E por fim, perguntar ao Senhor Presidente qual é o seu entendimento sobre o Simplex e se



considera que a Câmara Municipal de Albufeira tem as condições e ferramentas precisas para exercer de forma eficaz e em estrito cumprimento do prazo legal as normas que foram incumbidas para os municípios." -----

Carlos Quintino: "Digníssima Assembleia, eu trazia aqui uma questão que me parece de extrema importância, não só porque afeta todos os municípios e as empresas do concelho, mas também por aquilo que é a altura eleitoral que estamos a passar e queria realçar e enaltecer a posição do Senhor Presidente da Câmara e do respetivo executivo numa matéria que diz respeito àquilo que foi a decisão de não aumentar a água aos municípios e às empresas de Albufeira. Este aumento de água veio no seguimento daquilo que foi a proposta do Governo do Partido Socialista para que se aumentasse a água no Algarve e sei eu que algumas Câmaras, nomeadamente Olhão, já o está a preparar. Há que realçar isto por uma razão, os municípios não podem pagar aquilo que foi a inação do Governo nos últimos anos sobre esta matéria e é preciso realmente ser muito insensível àquilo que é a dificuldade da vida das pessoas, para numa altura que sabemos que é uma altura difícil para o Algarve, por aquilo que é a sua sazonalidade, pela quantidade de pessoas que estão no fundo desemprego e que estão sem estar a cem por cento a trabalhar, vir propor uma medida destas, é, no mínimo absurdo e, portanto, eu tinha que aqui realçar, nesta Assembleia, a atitude corajosa do senhor Presidente de Câmara e do restante executivo, de dizer não, não vamos aumentar a água em Albufeira. E realçar, sobretudo por isto, porque se nós pensarmos aquilo que o Governo Socialista fez ao longo destes últimos anos, para que o Algarve não tivesse falta de água, chegamos a uma conclusão, que é uma mão cheia de nada, mas não é uma mão cheia de nada, só porque não fizeram uma nova barragem ou porque ligaram uma das barragens do Algarve ao Alqueva, ou porque não lançaram um concurso de uma dessalinizadora, é uma mão cheia de nada, porque não fizeram rigorosamente nada. É que se tivessem feito alguma coisa, mas podíamos efetivamente dizer, pelo menos fizeram alguma coisa, mas fizeram rigorosamente nada. E em atalho de foice queria vos dar indicação de uma outra matéria que está correlacionada, que diz respeito com aquilo que é o lançamento desta semana, salvo erro, até nos últimos dias do concurso da dessalinizadora em Albufeira. Uma matéria que preocupou esta Assembleia Municipal, que foi alvo daquilo que foi uma moção e um pedido de esclarecimento ao Governo, que veio respondido de forma enfiada e que parece que realmente é mais um dos objetivos pré-eleitorais e apressados do Governo Socialista.



O concurso internacional foi lançado recentemente, eu não queria deixar de novamente realçar as preocupações que a bancada do PSD/CDS escreveu participante na consulta pública desta de dessalinizadora, nomeadamente aquilo que poderá ser, independentemente das questões de produção de água para consumo humano, questões ambientais de que poderão resultar a colocação desta dessalinizadora naquela área específica." -----

Raul Ferreira: "Hoje vou ter uma intervenção que efetivamente, nunca pensei que teria de ter nesta Assembleia. O grupo MIPA foi eleito tendo como objetivo sempre lutar em prol de Albufeira, dos albufeirenses e todas as ações que nós tomamos são em função desse objetivo e desse princípio. Efetivamente, na Assembleia de doze de dezembro do ano passado, apresentamos aqui uma moção, sobre um assunto que consideramos de máxima importância, que tem a ver com a construção clandestina que existe o nosso concelho e com a existência das casas modelares que aí vêm-se espalhando, vêm crescendo de forma visível aos olhos toda a gente e na nossa opinião, com prejuízo para a caracterização do próprio concelho. Consideramos este assunto bastante importante, apresentámos a nossa moção em que solicitámos à Câmara Municipal que nos fosse informado o estado dos processos que eventualmente tenham sido levantados, para também percebermos qual é a posição da Câmara Municipal e quais são as medidas que têm sido tomadas de forma a conter esse crescimento da construção clandestina. A realidade é que a moção também tinha sugestões à Câmara Municipal, que eu penso que, o executivo terá tomado nota eventualmente, e tinha uma outra parte em que a resposta a esta moção deveria ser dada em sessenta dias. Acontece, porém, que volvidos mais de sessenta dias, até hoje, não temos qualquer resposta da parte da Câmara Municipal. Nós entendemos que os órgãos de uma autarquia devem ter uma ligação normal, um relacionamento não só institucional, como também pessoal entre nós todos e a realidade é esta. Neste momento, a Câmara Municipal não respondeu a uma moção que foi apresentada por esta Assembleia. Ainda hoje aqui foi dito por uma pessoa do público que, a Assembleia é a casa da democracia, eu subscrevo essa opinião, também considero que a Assembleia é a casa da democracia e merece, acima de tudo, respeito e consideração e nós entendemos que a falta de resposta a moções apresentadas por esta Assembleia à Câmara Municipal são uma desconsideração e uma desvalorização de todos nós, que estamos aqui de forma voluntária, a tentar fazer alguma coisa pelo nosso concelho, portanto, penso que não só



a Assembleia, mas cada um de nós merece todo o respeito e toda a consideração do executivo. Posto isto e considerando que os nossos poderes são diminutos, enquanto deputados, o que entendemos que podemos fazer, como protesto nesta situação, será nesta Assembleia não votar em nenhum dos pontos que constam na Ordem de Trabalho. E essa vai ser a nossa posição, não iremos votar, iremos participar nos debates, mas não iremos votar qualquer um dos pontos apresentados na ordem de trabalho, como forma de protesto e de forma a tentar repor aquilo que é normal na relação entre os órgãos da autarquia. Certamente irão dizer que está a ser tratado, que há muito serviço que não permitiu dar uma resposta tempestiva à nossa moção, mas, sinceramente, penso que nenhum desses argumentos nos irá convencer da sua validade. Aproveito também aqui para salientar a intervenção da deputada Luna Silva, efetivamente, eu sou um apologista também do Simplex, penso que os procedimentos devem ser simplificados e esta é uma boa lei. Foi muito criticado, o Governo, até pela questão do alojamento local, mas efetivamente esta lei, penso que é uma boa lei, que responsabiliza os técnicos de parte a parte, quer os dos municípios como os que subscrevem os projetos e os termos de responsabilidade. Penso que é uma boa lei. Agora também penso que uma lei não altera situações em concreto, ajuda, há aqui uma questão que tem de ser também mudado em todos os municípios e de uma forma geral, em toda as pessoas que intervêm neste processo de licenciamento, que são as mentalidades, as mentalidades não se mudam, por decreto, vão se mudando por atitudes, pela educação e pelo trabalho que se vai fazendo, portanto, espero que as mentalidades também acompanhem a nova lei que entrou em vigor no dia oito de janeiro, parte dela." -----

Domingos Coelho: "Boa noite a todos, esperava tudo menos a politização da água, ou seja, houve afirmações por parte deste executivo que talvez fosse inevitável o aumento do preço da água, depois, a Amal por maioria, decidiu implementar uma tabela, que é preciso notar, não traz obrigatoriamente o aumento do preço da água, se as pessoas pouparem quinze por cento, o preço da água não é aumentado. E mais, o primeiro escalão nunca é aumentado, o objetivo ali não é penalizar as pessoas, é sim forçar as pessoas à poupança, porque o que está a acontecer é que o consumo urbano tem estado a crescer continuamente e uma coisa é certa, vamos impor à agricultura cortes e aí são cortes mesmo, porque não deixam ir buscar água às barragens e os furos estão a ser controlados, e o urbano continua a crescer. E a questão é simples, se



não houver poupança, provavelmente dois mil e vinte e cinco não terá água se o São Pedro não der uma ajuda. Quer dizer, podemos dizer que o PS não fez nada, podemos dar isso de barato, pelo menos a barragem de Odelouca foi feita no tempo do PS. Já agora, chamar a atenção para determinadas associações que vêm muitas vezes a terreiro exigir, propor e fazer queixas, como aconteceu no caso da barragem de Odelouca, que na altura houve uma queixa junto da União Europeia e para que os fundos fossem possíveis de ajudar à construção a barragem, o paredão desceu três metros. Na altura, a questão era para salvar o lince. Talvez hoje se a barragem tivesse mais três metros, hoje tínhamos um pouco mais de água. Aliás, aconteceu mesmo exatamente com a barragem do Alqueva, na altura dizia-se que, podia vir a mudar o clima do Alentejo para um clima excessivamente húmido. Portanto, o plano é que hoje essas pessoas que tiveram estas atitudes, hoje se calhar, não são chamadas aqui à responsabilidade. Já agora, que se diz que o Governo não fez isto, não fez aquilo, e eu não estou a defender o Governo, já agora, gostaria também de perguntar o que é que a autarquia fez no sentido da poupança de água? Ainda agora, quando choveu várias noites eu vi a rega a funcionar na zona do Centro de Saúde. Já agora, diga-se que o Senhor Presidente disse que aquilo é água tratada e aquilo não é água tratada, é água do poço que lá está. E o poço, no fundo, é água do aquífero, não está nenhuma bomba a retirar água da Ribeira, a bomba está na Nora. Há anos que se fala, eu já fiz aqui várias vezes essa proposta, fazer uma conduta de Vale Faro para regar o eixo viário, nunca foi feito, fez-se agora a transformação da zona jardinada, não se fez essa conduta. Fiz aqui a sugestão de que fechassem os chuveiros da praia da Praia do Peneco e dos Pescadores, levou o ano inteiro a correr. Dei a sugestão simples, de fazer alguns pontos de entrega de água tratada para fins da construção civil, também nunca se fez. Portanto, se o Governo não fez, a autarquia também não fez, em termos do sentido da poupança de água. Em relação à dessalinizadora, foi um processo que parece que, segundo está previsto, houve um estudo de pacto ambiental, houve uma consulta pública, a coisa decorreu e, portanto, eu ponho uma questão, se não pouparmos e se não formos buscar água ao mar, qual é a solução? Gostava de saber qual é a solução, se São Pedro não trazer água? Vamos culpar o Governo e a água aparece na torneira? Não parece, portanto, eu lamento que esta situação, depois de aparecer algum consenso, em período eleitoral esse consenso acabou, ou seja, está politizada a questão." -----



Mónica Coimbra: "Boa noite a todos, Albufeira Prometida, quer saber qual é o ponto da situação dos seguintes pontos: começamos pelo funcionamento das escolas, concurso dos cinquenta assistentes operacionais para as escolas, em que ponto estamos? Quando vai abrir a sala do pré-escolar na escola EB1 dos Caliços? Quanto às obras previstas na escola EB2,3 Dr. Francisco Cabrita, em que fase estamos? Sobre o desporto, relativamente às piscinas municipais, temos conhecimento que continuam encerradas, perguntamos se o problema da bactéria se mantém ou se surgiu outro problema? Quanto ao regulamento dos pavilhões municipais, qual é o ponto da situação? Quando teremos este regulamento disponível? Sabemos que o Vice-Presidente na reunião do executivo de sete de março de dois mil e vinte e três, propôs uma comissão para a criação do projeto do regulamento das instalações desportivas, que foi aprovado. Passado um ano, como estamos? Sobre a recolha do lixo, não menos importante, estamos em época baixa e continuamos a verificar uma gestão pouco eficaz, porquê? E o que está a ser pensado para o futuro? Sobre os transportes, porque que desde as alterações e os novos circuitos do GIRO, há menos rotas e maior demora nos trajetos? As tais correções, a estas alterações não deveriam estar a produzir melhores resultados? Sobre a segurança, não é urgente uma reunião do Conselho Municipal de Segurança? Com mais de metade do mandato completo, qual foi a influência que este instrumento teve na conduta de políticas de segurança? Vamos lá ser sérios, quantas reuniões se realizaram até agora? Para quando as instalações das câmaras de vídeo de videovigilância? É este ano? Ou vai haver mais uma desculpa qualquer, que coitado o executivo é alheio, e serão apenas instaladas em ano de eleições? O tão necessário novo código de conduta, para quando? Continua em estudo desde o mandato anterior? E assim vai continuar? Senhor Presidente, quer em reuniões públicas do executivo, quer aqui na Assembleia Municipal, já fomos várias vezes confrontados com queixas de munícipes que apontam para diferentes níveis de incumprimento, quer da lei do ruído, quer do regulamento ruído que está em vigor no município de Albufeira. Este é um problema que se instalou há vários anos e que se tem vindo a agravar e que está a interferir com a qualidade de vida e bem-estar das pessoas. Senhor Presidente, nas muitas respostas que têm sido dadas aos munícipes deram conhecimento que foi criado uma comissão para a revisão do Regulamento Ruído e que estão em curso ações fiscalização. Assim sendo, perguntamos Senhor Presidente, poderá fazer o favor de nos dizer nesta Assembleia, quantas vezes já reuniu a dita comissão e qual o ponto da



situação sobre a revisão do regulamento do ruído? Gostaríamos também de saber se quem fiscaliza as questões relacionadas com os casos mais recentes que têm sido expostos aqui, que procedimentos foram concretamente adotados? Se após notificação de entidade incumpridora, que até pode apresentar defesa escrita e não for admissível, são aplicadas as sanções previstas na lei ou no regulamento? Se a entidade incumpridora voltar a prevaricar, como é o caso em algumas situações, que sanções são aplicadas? Assim sendo, quais são as mudanças que esta época vai acontecer face à gritante ineficácia de tudo, o que vai ser feito? Sobre as vias rodoviárias, verificamos que determinadas vias que foram alvo de intervenção há muito pouco tempo, há um ano, por exemplo, a estrada de Santa Eulália e a estrada dos Olhos d'água, surgiram problemas de abatimento precisamente nos sítios intervencionados e por mais remendos que se ponha, perguntamos, Senhor Presidente, porquê que continua tudo igual?" -----

Carlos Quintino: "Bom, essa questão do politizar, é lógico que tudo é política. Estamos aqui para falar de política, não é isso que está aqui em questão, o que está aqui em questão é que, como não foi feito nada em relação à água, não foi feito em outras matérias e parece que, Albufeira naquilo que diz respeito à ação do Governo é sempre o parente pobre. Se olharmos para os outros concelhos vizinhos, as coisas surgem rapidamente e de forma célere e muitas das vezes não tomam em atenção determinados pressupostos e as coisas avançam. Eu pergunto-vos há quanto tempo a variante da entrada de Albufeira está por executar? Está em tribunal, está isto e está aquilo, nós sabemos tudo isso, todos temos essa informação, agora o Governo é que tem obrigação de criar uma alternativa. Se fosse um município a ter uma estrada há mais de uma década para concluir qual era a vossa reação? Deixo essa pergunta para vossa reflexão. Outra questão importante, em relação àquilo que é o posto da GNR dos Olhos de Água, porque é que não foi feito? Mais logo está também há uma década por ser executado. Com toda a boa vontade, aquilo que foi a Junta de Freguesia, o Presidente da Câmara e do executivo, há sempre qualquer coisa, ou é a janela que não corresponde, ou é a porta que não está como o arquiteto quer, há sempre qualquer coisa, o que é certo é que não foi executado. E podia elencar aqui uma série de questões, uma questão super simples de resolver, no concelho de Loulé está feito na N125. Os passageiros ao longo da N125, para dar segurança às pessoas entre a Guia e o shopping. Há quanto tempo é que o Presidente de Câmara anda a reivindicar isto? O



que é que o Partido Socialista fez? Uma mão cheia de nada. Agora vêm-se dizer que está a politizar, estou a politizar sim, estou a defender os interesses dos munícipes de Albufeira, que é para isso que fui eleito. Estou a politizar e vou continuar a politizar.” - Domingos Coelho: “Claro que tudo é política ou então não fosse a Assembleia este órgão e nós estarmos aqui representados, uma coisa é a política outra coisa é mudar de atitude política, outro de comportamento político, ou seja, depois de se admitir que os preços deviam de aumentar ou poderiam aumentar, depois de estar no órgão em que o órgão decide maioritariamente que há uma tabela, como já disse, não vai aumentar o preço desde que as pessoas reduzam o consumo, e digamos que, é civicamente obrigatório que as pessoas reduzam o consumo de água, isto altera o comportamento político e o discurso político. A questão está aí, obviamente tudo é política, isso é básico, e já agora que estamos a falar da água, por exemplo, fala-se que uma das medidas seria baixar a pressão de água. Por exemplo, na minha zona, julgo que agora até tem mais pressão. O concelho de Albufeira é o terceiro maior consumidor per capita e em termos absolutos de água, e em termos absolutos eu não estou a dizer se é bom ou mau, é um número do INE, per capita. Vamos dizer que tem muitos turistas, Lagoa não tem muitos turistas? Quarteira não tem turistas? Já agora outro número, Albufeira consumiu sete mil e oitocentos metros cúbicos de água, termos absolutos, e em termos per capita é o terceiro que mais consome no Algarve. Isso pode ser bom, porque tem muito turismo, então a questão é mais uma razão para nós pouparmos para que haja água para todos. Em relação à política, que eu me lembre quem fez parar as obras do acesso da A2 em Alpouvar, foi no governo de Passos Coelho, e já agora por um documento que nós recebemos a propósito de uma moção apresentada pelo PSD da Algar, só para relembrar que a Algar deu lugar àquilo que é hoje uma sociedade mista, mais de metade privada e cerca de quarenta e cinco por cento por parte das câmaras, através da privatização da EGF em dois mil e catorze e quando a larguíssima maioria dos concelhos tiveram contra essa privatização e que veio dar lugar exatamente a várias empresas, que no caso do Algarve é a Algar, ou seja, o que está aqui, é o falhanço completo das privatizações do PSD e hoje o que se propõe é voltar exatamente àquilo que estava anteriormente. Portanto, se tudo é política, isto também é política.” -----

Leonardo Paço: “Boa noite a todos, vê-se bem que já estamos em campanha política e até a água estão a politizar, mas também se nota que, nesta Assembleia há taticismo,



porque há alguém que vai sempre responder a seguir à outra pessoa que fala, são táticas políticas como outras quaisquer. Senhor Presidente, queria pôr a questão, se ainda era neste mandato que as Assembleias Municipais iam passear pelo concelho, porque, como tem sido norma em todos os outros mandatos, fazemos Assembleias Municipais em todas as freguesias e neste ainda não aconteceu. Eu acho que o senhor, de alguma forma, não sei se há algum Presidente da Assembleia que tenha a competência que o Senhor, tem dito." -----

Carlos Quintino: "Só para informar-vos que a última intervenção do deputado Domingos Coelho tem a ver com uma proposta que eu fui o primeiro subscritor através da bancada do PSD na Assembleia Intermunicipal, sobre um assunto que nos afligiu a todos, enquanto munícipes de Albufeira e todo o Algarve, que foi a falta de capacidade da Algar, de fazer a recolha atempadamente nos ecopontos dos recicláveis e, portanto, aquilo que houve de atitude foi tentar de forma positiva, pressionar, entre aspas, a Algar para que melhorasse o seu desempenho e foi nesse sentido que eu fui o primeiro subscritor essa proposta que, por sua vez, foi apresentada por mim enquanto líder da bancada do PSD na Assembleia Intermunicipal e foi aprovada por unanimidade e, portanto, parece-me a mim que não há questão nenhuma absoluta sobre isto, quer dizer, há, mas foi o PSD, as coisas quando não funcionam bem têm que ser resolvidas e o objetivo é resolver e, portanto, esse foi o objetivo dessa proposta e, como lhe disse, recolheu a aprovação por unanimidade na Assembleia Intermunicipal. Bom, mas nem tudo são coisas negativas, e eu gostava de nesta minha intervenção realçar aqui dois investimentos grandes nas pessoas, que tem a ver com a Unidade de Cuidados Continuados da Guia que foi lançado a primeira pedra recentemente, é um investimento do município de quatro milhões de euros e que vai beneficiar muito aquela freguesia e o concelho em geral. E também de realçar aquilo que está para breve, parece-me que é amanhã, o lançamento da primeira pedra do Lar das Fontainhas, Apoio domiciliário e Centro de Dia, que é um investimento de oito milhões de euros e, portanto, somados, temos aqui doze milhões de euros de investimento nas pessoas, também dar esta informação para que as pessoas que aqui estão e para as que estão a ver em casa, saibam desta matéria e destas grandes obras que o senhor Presidente da Câmara e o respetivo executivo têm planeadas executar nestas áreas, que são áreas sensíveis e que tem a ver com o cuidar das pessoas. " -----



Carla Vieira: "Boa noite a todos, eu não tinha nenhuma intervenção preparada, mas estou estupefacta, a assistir a esta troca de acusações, que não levam a lado nenhum. Não sei se ontem viram, não gosto de politizar nem tenho nada a ver com política, por isso, faço parte de um grupo de cidadãos eleitores que é para isso que fomos eleitos, precisamente para defender os cidadãos, o povo, somos do povo. O que é que nos interessa aqui? O que é que nós estamos aqui a fazer? Estamos a tratar de questões e estamos a contribuir ativamente para solucionar os problemas do nosso município. Ontem assisti a um debate televisivo, e já que estamos a falar de política, entre os dois candidatos a primeiro-ministro deste país que se confrontaram com situações que, de um lado, temos o governo demissionário que acusa a Aliança Democrática de ser irrealista, tal e coiso. Entretanto, temos um partido que gere a nossa autarquia, que é precisamente da Aliança Democrática, que faz as mesmas acusações ao Governo Central e a Aliança Democrática faz acusações ao Governo que está demissionário, portanto, a bem dizer, eu pedia seriedade, pedia honestidade, que não houvesse mais trocas de acusações, que não se perdesse tempo em questões que pouco interessam, o que interessa é estarmos aqui a contribuir ativamente para que os procedimentos, para que as soluções, os nossos problemas sejam resolvidos o mais rapidamente e da melhor forma possível." -----

Teresa Neto: "Boa noite a todos, a minha intervenção vai no sentido de dar os parabéns ao executivo pela organização do contrarrelógio aqui em Albufeira, da Volta ao Algarve em bicicleta, que foi um evento que deu uma dimensão à cidade e o concelho bastante grande. Tivemos durante um dia inteiro uma transmissão televisiva na RTP e na Euro Sport, o que fez com que o nosso concelho fosse visto em qualquer sítio do mundo. Era nesse sentido que eu gostaria de dar os meus parabéns ao município por mais este evento que organizou tão bem no nosso concelho e que nos dignifica a todos os munícipes, a todo o executivo e a todos nós obrigada." -----

Presidente da Assembleia: "Gostaria de fazer aqui algumas notas, a primeira para me referir à intervenção do senhor deputado Carlos Quintino. Não está em causa a questão da politização, mas está sim em causa a questão da inverdade relativamente a determinadas alegações. Sabe o senhor deputado Carlos Quintino, que a dessalinizadora é um processo decorrente do PRR e, portanto, foi iniciado há muito tempo. Tem uma janela de oportunidade que se não for aproveitada agora poderá não ser concretizada, pelo que essa questão de estarmos aqui em eleitoralismo não me



parece correta. A segunda tem a ver com o aumento do preço da água que foi acordado pela maioria dos municípios na Amal e só depois com a marcação das eleições, acabou o PSD por mudar de posição. Relativamente ao terceiro ponto, este é extremamente importância. Não é assim tão despiciente o facto da variante que liga a Via do Infante a Albufeira estar em tribunal. Na verdade, é extremamente importante, porque nada se pode fazer sem que haja uma decisão judicial, ou seja, sem que haja um acordo entre as partes em conflito. Parece-me também não ser correto vir dar a entender que o governo tem culpa, quando sabemos que tudo depende de uma decisão judicial, o que é do inteiro conhecimento do senhor deputado Carlos Quintino." -----

Carlos Quintino: "Essa tática, senhor Presidente, de falar depois todos os outros eu já a conheço há muitos anos. Eu quero só dar aqui duas notas, a primeira é que não houve inverdade absolutamente nenhuma, o senhor defende aquilo que defende e eu defendo aquilo que defendo, agora eu não lhe disse a si, senhor Presidente da Assembleia Municipal que estava a cometer alguma inverdade, até porque eu não disse aqui nenhuma inverdade, tudo aquilo que disse foi verdade, eu não disse que não estava em tribunal a obra, eu disse que estava em tribunal, mas disse que isso não isenta de responsabilidade de quem está no Governo de resolver o problema. Eu não disse que a dessalinizadora não era do PPR, nem falei no PPR, o que disse é que, de repente, surgiu toda a vontade e a necessidade de a implementar. Quando já temos uma série de tempo para atrás que poderia ter sido implementado, também aqui não houve absolutamente inverdade nenhuma, senhor Presidente. Uma coisa é a sua opinião, outra coisa é a minha opinião, e as pessoas aqui e lá em casa terão, naturalmente inteligência para avaliar. Agora, não diga é que eu disse inverdades, porque eu não digo inverdades, nem na vida pessoal, nem na vida política. Primeiro, porque não preciso disso e estou completamente isento nessa matéria, não preciso de dizer inverdades para vencer, nem do ponto de vista pessoal, nem do ponto de vista político e depois porque nunca foi o meu estilo e, portanto, senhor Presidente, era essa a nota que queria deixar." -----

Presidente da Assembleia: "Eu mantenho a minha posição uma vez que o senhor deputado fez afirmações que não correspondem à realidade, deturpando o que sabe ser a verdade dos factos." -----

Presidente da Câmara: "Vou tentar de uma forma global, dar todas as respostas. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, falou na questão do parque infantil junto à estação, vou mandar ver o que se passa. Realmente não tem razão nem



justificação o facto de estar ainda fechado. Na próxima semana com certeza que vai ser recuperada essa situação. Relativamente ao caminho encerrado no Escarpão, o assunto já está a ser tratado pelo setor jurídico e o setor de fiscalização, porque houve um particular que fechou lá um caminho e vamos ver qual vai ser a sequência, caso não haja comprimento e caso não haja razão para fechar esse caminho, pensamos que não, terá de haver uma comunicação ao Ministério Público, para se ultrapassar esta mesma situação. Relativamente à obra, as obras prejudicam sempre alguém em algum momento, portanto, se não houvesse obras era porque não há obras, quando há obras prejudicam, mas até que elas sejam feitas estão a prejudicar, mas a partir do momento em que são feitas toda a gente esquece, a obra fica feita. Com certeza que compete aos serviços municipais técnicos de fiscalização e da área respetiva da rede viária e aos empreiteiros pugnar por aquilo que é o bom funcionamento e evitar que haja males maiores, porque alguns males existem sempre, mas são males necessários. Vou ver o que se passa com isso, prevê-se que rapidamente se acabe essa situação. Relativamente à senhora deputada Luna Silva falou no Simplex, qual a minha opinião sobre o Simplex? Não sei, não tenho opinião sobre o Simplex, aliás, o Simplex veio dar uma grande complexidade de situações, portanto, não sei o que é que vai acontecer, vamos ver. Se a Câmara de Albufeira está em condições? Está, vai ter de estar, porque tem que ser cumprida a lei e não é muito fácil encarar um modelo completamente diferente daquele que tem sido feito até agora na questão da aplicação do RJUE. A questão do aumento das tarifas da água, uma das medidas preconizadas em reunião de doze de janeiro com o Senhor Ministro do Ambiente na Amal, em Faro e depois trabalhada mais tarde, foi hoje publicada a resolução do Conselho de Ministros, portanto, tinham dito que era imediata essa resolução do Conselho de Ministros, estavam a entender que não era para ser publicada, era para não ser aprovada, finalmente foi hoje. Evidentemente que a Amal não tem que decidir por ninguém, os municípios é que têm o poder de decisão, a Amal não tem poder de decisão, tem o poder de aconselhamento, tem o poder de congregação, de tentar que haja consensos, só que neste caso do aumento da tarifa da água não é líquido e não é o objetivo e em termos de consequência, não é certo que o facto de se aumentar a tarifa da água, isso venha a ter como consequência a poupança de água e logo o aumento de água disponível. Vamos ver, não havendo essa situação, terá de haver outras alternativas, que estamos a estudar, nomeadamente no município de Albufeira, para evitar precisamente essa



situação. Agora que isto está a ser politizado, não é a questão da politização, mas se falarmos nas outras questões que já foram aqui faladas várias vezes, nomeadamente na variante Albufeira e no acesso da Guia ao Shopping, é verdade que está parado há bastantes anos, como começou todo nós sabemos, que foi na altura que teve a Troika por aí e teve de parar a obra, portanto, teve uma série de incongruências, mas a questão da parte pedonal, da parte de mobilidade do Shopping para a Guia, um sítio onde passa imensa gente, estas duas situações foram apontadas em reunião com o Secretário de Estado das Infraestruturas e com o senhor Ministro Galamba. O Senhor Ministro disse para o Senhor Secretário de estado, na minha frente, que isto era tudo para avançar, entretanto avançou-se para outro lado e perdeu-se. Agora esperemos pelo próximo Ministro, para ver, e é verdade o que o deputado Carlos Quintino diz, e eu aponte precisamente esse exemplo, em Boliqueime, na zona de Loulé, existem passeios com uma largura enorme e não passa lá uma pessoa ou duas durante o dia e aqui passa imensa gente e já tem havido acidentes, já morreram pessoas e não há, mas pronto, isto é só para que fique claro que eu já tratei desse assunto também, mas espero tratar dentro de pouco tempo com o novo Governo. Relativamente à senhora deputada Mónica Coimbra, apontou várias situações, o funcionamento das escolas em termos de assistentes operacionais, portanto, houve várias exclamações e tiveram de ser analisados pelo júri, daí mais demora que aquilo que seria normal, mas está para próximo. A escola Francisco Cabrita está em fase final a feitura do projeto de especialidades para se lançar o concurso. Relativamente às Piscinas Municipais, é verdade, a legionella ainda permanece, estamos em consonância com a Delegada de Saúde Pública, porque isto é uma questão de saúde pública e é uma questão muito sensível. Os regulamentos estão a avançar. A recolha de lixo, tem sido com alguma eficácia, não quer dizer que não haja um ponto ou outro que se pode considerar pontos críticos, mas isso é aconselhável haver alguém que transmita quando nós não sabemos, e nós prestamos, se calhar um melhor serviço, se no momento comunicarmos a quem de direito para ser resolvida a situação, do que propriamente estar à espera de um dia da Assembleia Municipal para vir aqui dizer que não foi feito. Relativamente às câmaras de filmar, a empresa instaladora já começou a trabalhar nesse campo, e penso que não há aqui mais desculpas, e quando há são desculpas objetivas, transparentes e claras e sustentadas, não são desculpas esfarrapadas pode ter certeza disso. Já estão a ser tratados em termos de localização das câmaras, quando a primeira câmara for



colocada mais dois meses e ficará, com certeza, a empreitada terminada. As vias rodoviárias que anunciou que tiveram abatimentos, está aqui Senhor Engenheiro Batalha, vai registar o assunto, e também sei porque tenho passado lá várias vezes, essas duas vias estão em fase de garantia ainda, portanto, têm que ser resolvidas até o mais tardar ao fim de abril, para se resolver o problema em tempo útil e de uma forma mais concreta que aquilo que disse e bem, colocar só pavimento em cima não resolve, porque abate novamente, tem que ser recuperada a parte do subsolo, para ter mais segurança e para evitar essa situação. Relativamente ao quartel da GNR dos Olhos d'água, esse processo demorou realmente cinco anos, mas, finalmente, com o Senhor Ministro da Administração Interna já foi assinado um protocolo e neste momento, estamos para lançar o concurso e que isso compete à Câmara Municipal. Relativamente aquilo que a deputada Teresa Neto falou, na questão do contrarrelógio, é uma situação que lá está a tal coisa, não há bela sem senão. É extremamente positivo em termos de promoção de Albufeira, falou-se de Albufeira quase o dia inteiro a nível de todo o mundo, viram-se imagens de Albufeira, é completamente diferente de uma outra prova em linha, uma etapa em linha da volta ao Algarve, que tem passado aqui todos os anos, mas o contrarrelógio é só aqui, é muito falado, é completamente diferente, os próprios ciclistas diziam nas entrevistas, que era um percurso extremamente bonito, muito interessante e gostaram imenso. Por isso é que, simultaneamente, houve a volta à Andaluzia e a volta alemã e estava aqui muito mais figuras do pelotão internacional do que nos outros sítios. Porquê? Porque é o Algarve e, principalmente, porque o contrarrelógio era de vinte e tal quilómetros, que eles entendiam que já era uma boa preparação para o resto da época. Portanto, o contrarrelógio é uma coisa que não se pode repetir vários anos seguidos, obviamente, irá para outro concelho para o próximo ano, mas isto já era uma petição que vinha fazendo ao Presidente da Federação já há três anos, e que ficou assente nessa altura que seria este ano que foi a quinquagésima edição da volta ao Algarve. A volta ao Algarve só cria notoriedade ao próprio Algarve, a partir do momento em que começou a ser transmitida pela Eurosport, porque isso é o cartaz de visita. Para responder ao Raul Ferreira, por acaso a resposta está aqui, não está é sintetizada, porque isto foi preciso buscar informações a dois locais, que é a parte de urbanismo, parte da fiscalização e a parte jurídica, que há processos que já estão numa fase mais avançada. Na altura que a moção foi apresentada fiz logo uma reunião para tratarmos desse



assunto. Até ficou assente que poríamos um outdoor na N125 a anunciar precisamente essa situação, isso está a ser tratado e dentro de poucos dias sintetizam esta resposta, que agora tem de juntar uma com a outra para se poder responder. Aliás, já a tinha aqui há oito dias, só que ainda não tive tempo para trabalhar nesta situação, mas dentro de poucos dias vai ter a resposta. Não é desconsideração, foi o tempo que demorou, evidentemente que agora posso dizer por causa da questão do Natal, do Ano Novo, que é sempre uma altura que está muita gente de férias, há as tolerâncias de ponto, enfim, há uma certa desaceleração, digamos assim, e de alguma forma, isto não é muito fácil procurar, porque são pesquisas tem de ser feitas em vários níveis e em vários pontos." -----

Mónica Coimbra: "Muito obrigada, Senhor Presidente pelas respostas que me deu, no entanto, não respondeu a três questões relativamente, quando é que vai reunir o Conselho Municipal de Segurança? Não sei quantas vezes é que reuniu. Relativamente ao código de conduta, para quando é que vamos ter alguma coisa? E a revisão do regulamento do ruído para quando é que vamos ter a nova revisão?" -----

Raul Ferreira: "Após a explicação do Senhor Presidente e tendo em consideração que se compromete dentro de alguns dias dar-nos a informação que foi pedida, vamos ponderar e retirar a nossa posição de não votar e vamos, portanto, exercer nosso voto, como normalmente dentro daquilo que é o hábito nesta casa." -----

Presidente da Câmara: "Para responder à senhora deputada Mónica Félix, relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, estou a pensar reunir durante o mês de março, nos primeiros quinze dias, provavelmente. O código de conduta já está em início de elaboração, mas ainda está muito atrasado e provavelmente não vai ser aprovado ainda antes da época estival, provavelmente só para a outra, mas pronto isto não tem só a ver com a época estival, tem a ver com toda a época e não só no Verão, evidentemente, tem mais aplicabilidade no verão. O regulamento do ruído, penso eu que está em elaboração." -----

Presidente da Assembleia: "Tomo a palavra para responder ao senhor deputado Leonardo Paço, pela quarta ou quinta vez, que as Assembleias Municipais ainda não foram efetuadas nas respetivas freguesias, tendo em consideração que ainda não foi adquirido o equipamento necessário para podermos fazê-lo através do YouTube. Porém, se esta Assembleia assim o entender, faremos as Assembleias sem a via Youtube. Se assim o pretenderem na próxima Assembleia poderei colocar à votação. Como referi,



temos estado a aguardar a implementação do novo sistema, que permitirá fazer as Assembleias Municipais nas de Juntas de Freguesia e transmiti-las via do Youtube.” --- Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia procedeu à Tomada de Posse do elemento da bancada do MIPA - Antonieta Helena Bernardino Dias. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

## ORDEM DO DIA

### PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art. 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; ----- O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: “Na passada Assembleia Municipal de vinte e nove de janeiro de dois mil e vinte e quatro, na assunção de compromissos plurianuais, questionei o Senhor Presidente sobre uma consulta prévia de aquisição de serviços de catering, com o preço base de setenta e quatro mil e quinhentos euros, a fim de saber quantos serviços é que tinham sido realizados para justificar este valor, ao qual vossa excelência respondeu que, de momento não tinha conhecimento de quantos jantares e almoços é que se tratavam, mas que os serviços da câmara iriam entrar em contacto comigo para me apresentar uma resposta. Sucede que até à presente data ainda não recebi qualquer resposta por parte destes serviços e visto que esta consulta prévia surge de novo nesta Assembleia Municipal, agora na informação do Senhor Presidente, é justificável que eu pergunte de novo a este executivo, de quando os serviços de catering é que estamos a falar para que se dê como plausível este valor?” -----

André Lima: “Boa noite a todos, como é hábito, muito haveria por onde pegar nesta informação, mas vou ficar por uma questão. Desta vez, fui fazer o levantamento com base na informação do Presidente e também na plataforma base.gov e contabilizei pouco mais de dois milhões de euros nos contratos e nos ajustes diretos relativos às festas de Natal e passagem de ano. Relembro que o ano passado, o Senhor Presidente



aqui nesta Assembleia, confirmou que terão sido gastos perto de um milhão, a questão é, pode confirmar que este ano vai ficar pelos dois milhões ou ainda falta aqui alguma coisa?" -----

Domingos Coelho: "Só dar nota que nas últimas duas informações do Senhor Presidente não vinha a designação ou o tipo de procedimento, ou seja, ajuste direto, consulta prévia ou contrato. Finalmente, nesta informação já consta e já agora para que conste, em cem procedimentos, há sessenta e cinco ajustes diretos. Aquilo que penso que seria a exceção, parece que está a ser regra." -----

Presidente da Câmara: "Relativamente à senhora deputada Luna Silva, evidentemente que não tenho aqui a informação sobre isso, fiz a pergunta aos serviços, mas amanhã vou-lhe responder nesse campo, quantas refeições foram tratadas com este procedimento. O André Lima fala na questão das contas da passagem de ano e do Natal, é sempre um problema, a passagem de ano, cria sempre grandes pruridos e grandes nervosismos à volta disto, mas as contas estão a ser elaboradas na íntegra e pormenor a pormenor e a seu tempo esta Assembleia saberá. Relativamente à questão do deputado Domingos Coelho sobre os ajuste diretos, não necessariamente os ajustes diretos são maus nem são bons, são para ser utilizados quando a lei o permite, portanto, não sei se são muitos ou se são poucos, o que é certo é que a lei tem que ser cumprida e tem que haver uma sustentação e uma justificação para que o procedimento a adotar num determinado procedimento seja ajuste direto, se não for possível ajuste direto tem que ser outro procedimento qualquer conforme reza o Código da Contratação Pública." -----

André Lima: "Senhor Presidente, zero pruridos, zero nervosismos em relação aos valores da passagem de ano, acho que se passou essa ideia da minha intervenção, sem o mínimo intenção de julgamento em relação aos valores, porque o Senhor Presidente noutras vezes já foi bem claro em dizer que o fazem porque o podem fazer, por isso, acho que enquanto estiverem nessa posição devem continuá-lo a fazer, porque o podem fazer. A minha questão era efetivamente em relação ao valor total, é só esse esclarecimento que eu quero." -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

## PONTO DOIS

Apreciação e deliberação das atas de 11-12-2023 e 29-01-2024; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou as atas a votação. -----

**VOTAÇÃO DA ATA DE 11-12-2023:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezoito (18): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Tera Neto, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Carlos Quintino, Dário Pereira, Leonardo Paço, Helena Dias, David Ferreira, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, pelo que não votaram. -----

**VOTAÇÃO DA ATA DE 29-01-2024:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezanove (19): Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Raul Ferreira, Cláudia Raimundo, Helena Dias, David Ferreira, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, pelo que não votaram ----

### **PONTO TRÊS**

Tomada de conhecimento dos Apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho; -

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

### **PONTO QUATRO**



Tomada de conhecimento das Declarações de compromissos plurianuais e de pagamentos e recebimentos em atraso a 31 de dezembro de 2023; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Quero só dar aqui nota de que os recebimentos em atraso, portanto, por parte da autarquia totalizam cinco milhões e seiscentos mil e tal euros e só a água são quatro milhões e oitocentos mil euros. Lembro que o ano passado, a verba era muito idêntica, lembro-me de ter levante essa questão e o Senhor Presidente disse que iria fazer todos os esforços no sentido de estes, diria muitos milhões serem arrecadados pela autarquia, afinal constata-se que este valor é mais ou menos igual, afinal, qual quais foram as dificuldades ou que medidas é que pensa tomar no sentido de cobrar o que é devido?" -----

Luna Silva: "Senhor presidente da Câmara, sobre este ponto da ordem do dia, quero congratular a Câmara Municipal por, mais uma vez, não apresentar quaisquer pagamentos em atraso, de acordo com o registo na base de dados da aplicação informática denominada SNC\_AP no funcionamento do município de Albufeira, contudo, os recebimentos em atraso em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três, face aos recebimentos em atraso em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, tiveram um aumento de cerca de oitenta e dois mil euros e esse aumento advém do abastecimento de água, publicidade e ocupação de via pública, rendas de habitação e espaços municipais, mercados e feiras e outros. Começo por perguntar o que é que são outros e que medidas é que foram tomadas pela Câmara Municipal a fim de recuperar estes valores em atraso?" -----

Presidente da Câmara: "Bom relativamente a estas duas questões, evidentemente que a grande maioria é a questão das dívidas de água que não tem sido fácil a recuperação dessas dívidas, mas temos de adotar aqui outras medidas, talvez recorrendo a serviços externos, portanto, estudar essa situação para ver a possibilidade de isso vir a acontecer. Relativamente à questão dos outros, são outros que não cabe naquelas que são as mais vulgares, como a habitação social, as rendas, ocupação de via pública, que é aquilo que todos os dias acontece, onde encaixa muita coisa, desde as esplanadas, a venda ambulante, de obras. As licenças especiais de ruído, estas não porque são pagas no ato do levantamento, à partida não há dívidas, no urbanismo, também não há dívidas.



Outros é algum resto que não cabe em nenhuma das outras, não tenho aqui nenhum exemplo, mas posso os serviços ver, e está de acordo com o Classificador Económico da Contabilidade Pública.” -----

Luna Silva: “Obrigada, Senhor Presidente, conforme referiu, e desculpe, mas as rendas de habitação e espaços municipais estão aqui elencados e não pertencem aos outros. Se os outros são aquilo que referiu, acho que seria então primordial que ficasse denominado identificado. Então, o que é que se trata esta rubrica? Porque ainda estamos a falar aqui de um valor em dívida, trezentos e vinte e três mil euros.” -----

Presidente da Câmara: “Eu não disse que os outros eram esses que eu referi, era precisamente aqueles que eu não referi, não estavam incluídos nessa classificação, portanto, por isso é que só outros, se não passava a ter o nome, portanto, isso é uma contradição aquilo que disse, não sei se se apercebeu, mas quero aqui repor a verdade porque eu não disse nada disso. Mas vou arranjar um exemplo do que é que são os outros, porque aqui só à laia de exemplo, porque se formos ver o classificador daquilo que vai acontecer no próximo ano, os outros podem ter lá verbas oriundas de coisas completamente diferentes daquilo que é este ano e, por o outro ano pode ser completamente diferente, porque isto são aqueles restos que não ficam em lado nenhum dos outros grandes grupos, de habitação social, da água, da ocupação da via pública, todas essas que são as mais vulgares e há outras que eventualmente aparece uma outra hoje, amanhã parece outra diferente e são aquelas que não se encaixa em nenhuma destas. Isso acontece na contabilidade, está cheia dessas rubricas dos outros, portanto, que é para encaixar aquilo que não está no classificador.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

#### **PONTO CINCO**

Tomada de conhecimento da relação dos compromissos plurianuais assumidos pelo Presidente da Câmara Municipal; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

#### **PONTO SEIS**

Tomada de conhecimento da demonstração do Desempenho Orçamental e da demonstração dos Fluxos de Caixa relativos ao ano de 2023; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Dada a saúde financeira da Câmara e tendo em conta que surge aqui uma rubrica de taxas, multas e coimas municipais de, um vírgula dois milhões, penso que talvez fosse possível nas licenças e todos os pagamentos que são devidos, em termos de construção para habitação que o executivo pudesse, eventualmente, aqui baixar algumas dessas custas, para ajudar a própria habitação." -----

Presidente da Câmara: "Fica a sugestão, evidentemente que isto tem de ser analisado, não pode ser feito de uma forma cega e imediata, e tem que ser refletido. As coimas, tem a ver precisamente com atrasos nos pagamentos. Os valores podem ser pequenos e haver incumprimento na mesma, originando coimas, os valores podem ser grandes não havendo incumprimento e não originando coimas. Isto é tudo relativo, mas fica essa sua sugestão." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, foi feita a tomada de conhecimento. -----

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos sete e oito e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

### **PONTO SETE**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão - Alteração Modificativa das Grandes Opções do Plano 2024-2028; -----

### **PONTO OITO**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão -Alteração Modificativa ao Orçamento e ao Plano Orçamental Plurianual 2024-2028, incluindo a 1.ª alteração ao Mapa de Pessoal, incluindo Plano de Recrutamento para o ano 2024; ---

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Luna Silva: "A primeira revisão ao orçamento da receita e despesa do município de Albufeira tem como um dos seus principais propósitos a possibilidade de utilização do saldo apurado na gerência finda, no caso, no montante de cinquenta e oito milhões, novecentos e noventa e cinco mil novecentos e setenta e nove euros e trinta e um cêntimos do qual dezanove mil e quinhentos euros já se encontram consignados, se compararmos com o ano passado, em fevereiro de dois mil e vinte e três, o saldo de



gerência foi de quarenta e oito milhões, quinhentos e sete mil oitocentos e cinquenta e dois euros e noventa e cinco cêntimos. Ou seja, este ano, o saldo de gerência teve um aumento de cerca de dez milhões, quatrocentos e oitenta mil cento e cinquenta e três euros e trinta e seis cêntimos, e as perguntas que se colocam são as seguintes: como é que foram distribuídos estes dez milhões de euros nas várias rubricas do orçamento? Como é que a Câmara geriu esta receita? E como é que a dividiu? De acordo com a alteração modificativa das grandes opções de plano dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e oito, procedeu-se à inscrição de novos projetos no âmbito da administração geral, aquisição de serviços de manutenção do elevador localizado na praia do Peneco, no âmbito dos serviços auxiliares do ensino, ampliação da creche na Quinta dos Pardais, ampliação da creche Os Amendoinhas, comparticipação financeira destinada à Fundação António Silva Leal para investimento na creche Amendoinhas, no âmbito da ação social, comparticipação financeira destinada à Fundação António Silva, no âmbito do ordenamento território, dois planos de pormenor, no âmbito do saneamento, ampliação da rede das águas residuais domésticas e fluviais, execução de coletores e ramais de águas residuais e pluviais, no âmbito do abastecimento de água, reparação de ruturas em condutas e ramais de rede de abastecimento de água no concelho de Albufeira, no âmbito dos resíduos sólidos, aquisição de serviços de recolha seletiva e transporte de resíduos urbanos e no âmbito da cultura, aquisição de imóveis, centro cultural e novo auditório. Se somarmos os valores e de acordo com as minhas contas, estes projetos têm o custo total de quatro milhões, trezentos e três mil e oitocentos e oitenta euros, que depois, eventualmente, poderá sofrer uma redução face às ajudas do Prr, ficando assim por saber onde estão os restantes seis milhões de euros no orçamento. De acordo com a documentação, a primeira revisão tem ainda como objetivo proceder ao reforço dos projetos, ações que se encontravam insuficientemente dotados, conforme listagens em anexo, mas concretamente, quais é que foram os projetos que precisam de reforço? É que a Câmara Municipal limita-se a referir que são aquelas que se encontram nas listagens em anexo, como se o anexo tratasse de ser um documento de fácil análise e pesquisa. Esta justificação que os reforços encontra-se na listagem em anexo, sem mencionar, identificar e discriminar os projetos, salvo o devido respeito Senhor Presidente, é uma resposta vaga, insuficiente e escassa. Ainda, voltemos à inscrição nos novos projetos, de todos os projetos mencionados, quais é que serão aqueles que terão apenas uma comparticipação



financeira da Câmara e o restante montante financiado pelo Prr, como é o caso da ampliação da creche Os Amendoinhas, que apresenta uma despesa de seiscentos e trinta e seis mil euros, mas que a câmara apenas com participará em duzentos e vinte e quatro mil euros. Segundo, no âmbito do ordenamento do território, os planos de pormenor que há pouco mencionei têm uma dotação de cinquenta mil euros para o ano dois mil e vinte e quatro, mas também apresentam uma dotação de cinquenta mil euros para o ano de dois mil e vinte e cinco. Ora, porque é que um plano de pormenor está dotado para dois anos? É uma questão que eu gostava de esclarecer. Terceiro e, por último, no âmbito da cultura, porque é que a Câmara colocou uma rubrica de cinquenta mil euros para aquisição de imóveis e depois colocou uma nova rubrica de um novo auditório de cem mil euros por ano dois mil e vinte e quatro e dois mil e vinte e cinco, quando o que eu presumo, e esclareça-me Senhor Presidente, a aquisição de imóvel não será este novo auditório? Porque se é assim porque é que apresentam valores de dotação diferente?" -----

Domingos Coelho: Apresentou e leu documento. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Relativamente ao ponto sete e oito não compreendo a falta de investimento em Ferreiras, é importante que os moradores locais sejam ouvidos e que as necessidades da comunidade sejam consideradas nas decisões tomadas pela Câmara Municipal. Seria positivo que houvesse um diálogo aberto entre os residentes e os responsáveis pelo planeamento urbano, a fim de encontrar soluções que atendam às demandas da região. Estas alterações ao orçamento e plano de atividades plurianual dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e oito inclui a primeira alteração do mapa de pessoal, bem como no plano de recrutamento, com a decisão de não investir em Ferreiras. Os investimentos que estão a ser feitos, são as IPSS, que toda a gente sabe que beneficia o concelho todo, inclusive a população de Ferreiras, mas se calhar, até quando aquilo que tiver aberto, se calhar podemos ver que não está lá nenhum habitante de Ferreiras, nunca se sabe. Este é um processo importante para ajudar a locação de recursos e prioridades para o período em questão e a Câmara Municipal deverá estar comprometido e tomar decisões responsáveis estratégicas e garantir o melhor uso de recursos disponíveis em benefício da comunidade. É importante que a Câmara Municipal veja o plano plurianual dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e oito, o mapa de pessoal para incluir onde deve de incluir a biblioteca de Ferreiras, o cemitério e pavilhão desportivo, entre



outras coisas que já foram comunicadas à Câmara, pois são espaços importantes para a comunidade. Além disso, é necessário considerar a contratação de mais funcionários para a Junta, pois a redução do quadro de pessoal pode comprometer a eficiência dos serviços prestados e esperamos que estas questões sejam devidamente analisadas e resolvidas para o bem-estar da população local. Eu lembrava que quando a Junta foi construída, estavam quatro funcionários a trabalhar lá da câmara, logo nos primeiros anos e durante muitos anos, até eles se reformarem, estavam quatro e lembro que a população, na altura eram mil e quinhentos ou dois mil habitantes e atualmente são perto seis mil ou sete mil, já não falando dos residentes, que se calhar chegam a doze mil, e atualmente temos dois funcionários da Câmara do quadro de pessoal. Conforme vou repetindo, a freguesia aumenta, mas a Câmara não tem acompanhado o ritmo de evolução da freguesia de Ferreiras nem dos quadros de pessoal. Lembrar que, no contrato interadministrativo, temos um camião que tem o vidro partido e uma máquina que fornecida, o vidro partido foi partido pelos serviços da Câmara, sem querer, mas partiram, e o camião não pode andar com o vidro partido, como é óbvio, e temos a máquina avariada, portanto, até os recursos, os materiais estão a ser dificultados, é tão difícil. Fazia lembrar, como disse aqui no último paragrafo, que faz falta pessoal, a Junta só consegue trabalhar com pessoal. E com as verbas que são diminutas, e diminutos os contratos que temos com a Câmara, basta olhar para os vizinhos aqui do lado, basta ir às freguesias vizinhas, com menos habitantes e com três vezes ou quatro vezes mais de contratos interadministrativos feitos.” -----

Carla Vieira: “Da documentação disponibilizada sobre a primeira revisão do orçamento para dois mil e vinte e quatro, dois mil e vinte e oito, verificamos que dos cinquenta e oito milhões, novecentos e noventa e cinco mil novecentos e setenta e nove ponto trinta e um euros que transitaram da gerência anterior, apenas dezanove milhões, cento e cinquenta e um mil, quinhentos e noventa e cinco ponto trinta e um são destinados ao PPI, ou seja, trinta e dois virgula quarenta e seis por cento. Chegados ao fim do ano dois mil e vinte e três, analisados os vários documentos oficiais que são verdadeiros indicadores de execução e, ao mesmo tempo do desempenho do executivo, identificamos os mesmos problemas que temos vindo a afirmar desde o início do nosso mandato. Fracas execuções orçamentais do PPI, de despesas de investimento e de carácter estrutural, com uma execução de apenas trinta ponto cinquenta e sete por cento, que é uma execução baixíssima e que iríamos pagar certamente a breve prazo.



Em contraponto, temos uma execução de receita de cento e sete ponto sessenta e três por cento, isto demonstra que, em termos de receitas estamos bem, angariamos muita receita, sendo que destacamos a existência de uma execução anormal de cento e setenta e quatro ponto sessenta e seis por cento de outras receitas de capital que mereciam efetivamente uma explicação por parte deste executivo. Ora, quanto à despesa, verificamos que a despesa corrente tem uma execução de setenta e oito ponto noventa e três por cento e a despesa de capital, uma execução de apenas de apenas trinta e dois ponto noventa e cinco por cento, o que vem de encontro também ao que temos vindo a alertar desde o início, a excessiva terciarização de serviços que têm um peso e um custo muito grande para os municípios e a não utilização dos recursos humanos e materiais do município para a prossecução das suas funções fundamentais, que é efetivamente notória. Ora, tendo a Câmara recursos humanos capazes para a execução de serviços, continua a optar por contratar fora a prestação desses mesmos serviços. Na opinião do Albufeira Prometida, consideramos haver necessidade urgente de reorganizar os serviços com vista a melhor eficácia e atuação dos recursos humanos da Câmara, que têm conhecimento e competências tão boas ou melhores do que as empresas que prestam serviços ao município. Em conclusão, esta primeira revisão do Orçamento e GOP são uma mão cheia de nada, porque tiram de um lado e põem no outro, isto é criar a ilusão de que existe disponibilidade financeira para fazer aquilo que se propõe, o que não é verdade, porque efetivamente, os números são como o algodão Senhor Presidente, não enganam.” -----

Carlos Quintino: “Digníssima Assembleia, bancada do PSD/CDS nesta casa entende que esta primeira alteração é uma alteração que incide essencialmente no âmbito dos serviços auxiliares de ensino, no âmbito da ação social, no âmbito do abastecimento de água, nomeadamente na questão de alguma poupança de água, porque vem inscrito uma série de reparações de roturas que será possível com esta alteração e no âmbito cultural nomeadamente com o centro cultural e com o novo auditório. Portanto, entende que esta alteração incide essencialmente sobre aquilo que é a melhoria da qualidade de vida das pessoas e, naturalmente que as opções poderiam ser outras, tudo se trata de opções políticas, mas entende a bancada do PSD/CDS que estas opções sou as opções corretas por parte do Senhor Presidente e do seu executivo. Este município, felizmente e mesmo com todas as taxas mínimas, arriscava-me a dizer é município felizmente, financeiramente saudável, que tem uma taxa de execução, poderia ser um



bocadinho maior, mas certamente que, por isso é que o Senhor Presidente e os seus vereadores trabalham todos os dias e os técnicos desta autarquia trabalham todos os dias para que essa taxa de execução possa vir a ser a maior, esse certamente que é o objetivo de todos os envolvidos neste processo, desde o Presidente aos Vereadores e aos técnicos municipais, certamente que não há ninguém nesta casa que queira que as coisas corram mal, muitas vezes sabemos que os processos extremamente burocráticos que são necessários ultrapassar para a realização de determinadas tarefas, determinadas obras não facilitam para que essa taxa de execução possa aumentar significativamente. De qualquer forma, a bancada do PSD/CDS congratula o executivo por aquilo que é as opções aqui tomadas e gostava efetivamente de realçar aquilo que eu digo desde sempre, aquilo que é importante são realmente as pessoas e estes documentos estão claramente, vejam com atenção, vocacionados para aquilo que é a melhoria da qualidade de vida das pessoas.” -----

Adriano Ferrão: “Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu só quero acrescentar um pouco àquilo que o meu colega Carlos Quintino acabou aqui de proferir, parece-me ainda que é uma coisa que acontece há muitos anos nesta Assembleia, ainda há aqui pessoas que têm algum pejo em aceitar estas revisões, quer do orçamento, quer do plano, como se, há uma maneira muito conservadora, muito antiga, cada vez que se apresenta um orçamento ou um plano, fosse uma espécie de promessa que não se pode voltar atrás, nem rever e que deve ser assim tida como de grande rigor. Eu penso que isto é um pensamento antigo, de facto, esta imobilidade desse documento só iria prejudicar o exercício de um concelho. No fim de contas, os tempos são sempre de mudança, temos sempre em plena mudança e temos que nos adaptar às realidades e, enfim, também àquilo que são no fim de contas, os objetivos políticos de cada executivo que por aqui passa. E muito se falou aqui de que realmente em termos sociais, faltava um investimento social, isto era do mandato anterior, que se falava muito nessas coisas e agora estamos perante um grande investimento social, enfim, que passa pelas creches, passa pelo lar de terceira idade, passa até por situações que ainda estão aqui por resolver, e que eu gostava de ver resolvidas também, evidentemente, como a Facial, Vale Pedras, uma seleção e uma recolha de resíduos urbanos mais eficientes que toda a gente se queixa, mas que agora está aqui novamente em cima da mesa e depois, enfim, há aqui quem fala da cultura, que a cultura está esquecida, enfim, mas aqui está uma aquisição de imóveis vocacionados



para a cultura, um centro cultural, um auditório novo, aquilo que realmente um concelho da nossa grandeza vai cada vez mais precisando. Existe aqui um reforço de projetos, os bombeiros, enfim, que fazem falta a todos, nós sabemos a importância dessa instituição e a reconhecemos como tal, também ela está aqui contemplada, como dizia o meu colega investe-se nas pessoas e é isso que os albufeirenses querem." -----

Presidente da Câmara: "Respondendo aqui ao senhor deputado Domingos Coelho, quando diz que há fraco investimento, não concordo, são formas diferentes de analisar as questões, porque considero que o investimento não é apenas investimento em cimento e betuminoso, há investimento também na promoção turística, há investimento na saúde, há investimento em projetos relacionados com educação, investimento na alimentação dos nossos alunos, nos transportes escolares dos nossos alunos, há investimento numa série de coisas que também é investimento, portanto, o dizer que não há investimento, não é bem verdade. Há um investimento não em material, mas de uma forma humana completamente diferente, portanto, um investimento tão bom ou melhor que outros que tem a ver com pavimentos de estradas ou com paredes para fazer seja aquilo que for. Relativamente à habitação, quero aqui referir uma situação que, às vezes a execução e o facto de passar um grande saldo de gerência do ano anterior para este ano tem a ver às vezes com pequenos pormenores que provavelmente ainda não tiveram tempo de analisar. A Unidade de Cuidados Continuados da Guia, que foi agora lançada a primeira pedra, que só vai ter efeitos orçamentais e financeiros agora este ano dois mil e vinte e quatro e no ano dois mil e vinte e cinco, poderia ter tido uma parte substancial já de fluxo financeiro daquela verba em dois mil e vinte e três e já não havia tanto saldo, se não fosse o primeiro concurso ter ficado deserto, se não fosse o tempo que demorou no Tribunal de Contas, enfim, todas estas vicissitudes dos projetos das empreitadas faz com que haja atrasos, o mesmo se passa com o Lar das Fontainhas, e o mesmo se passa com sessenta e nove habitações que estão projetadas e já está o projeto praticamente terminado, faltava um parecer das infraestruturas de Portugal, nas Fontainhas, há dois anos que estamos à espera dele, portanto, está dependente disso, e houve alguém que disse aqui que isto é mentira, mas não é mentira nenhuma, isto é verdade, está dependente disso, Infraestruturas de Portugal relativo à colocação da via férrea que passa nas Fontainhas. Há 2 anos que estamos à espera, finalmente o parecer veio ontem, porque falei com o Presidente das Infraestruturas de Portugal a semana passada e ele



garantiu que ia despoletar isso rapidamente, já chegou, felizmente já estamos em condições de terminar agora tendo em conta aquele parecer terminar o projeto especialidades para lançar concurso. Lá está, se tivesse vindo de parecer há um ano e meio, a empreitada já podia ter sido lançada, já estava a gerar fluxos financeiros de despesa, já havia uma execução maior, já o saldo não era tão para grande. Portanto, os saldos muitas vezes são grandes, não é por razão nenhuma de planeamento, ou por nós querermos que isso aconteça, é porque as contingências obrigam a que isso aconteça. Claro que se não houver empreitadas, por exemplo, a Avenida Ténis está no Tribunal de Contas, já há uma série de tempo para visto, já foi lançado o concurso, já foi assinado contrato, agora foi para Tribunal de Contas e quando vier do Tribunal de Contas é iniciada a obra. Lá está, se calhar já podia ter sido antes ou não, isso agora depende, são as vicissitudes dos processos. O Presidente Jorge do Carmo falou aqui na questão das IPSS, as IPSS não fazem investimento nenhum, quem faz investimento é a Câmara, e depois quem explora os equipamentos sociais, evidentemente que são as entidades IPSS. Quero dizer também que o cemitério está praticamente terminado, a ver se isso começa, é um processo bastante longo, talvez o procedimento não tivesse sido e eu na altura chamei a atenção disso e já lá vão uns anos bons, que o procedimento concursal não tivesse sido o mais eficaz e o mais claro e objetivo, senão isso já estaria feito há muito tempo. Relativamente à questão dos funcionários que faltam nas freguesias, a Câmara coloca lá, tendo em conta aquilo que está escrito no contrato interadministrativo, mas também as Junta de Freguesia podem por si só contratar pessoas para os seus quadros. Relativamente à questão desse vidro partido e dessa máquina avariada, não sei o que é que se passa, é falar nisso com o senhor engenheiro Batalha e ele vai tratar desse assunto, que isso são questões de alguma forma menores para aqui, para uma Assembleia Municipal, mas sei e também considero que para a Junta seja uma questão importante. A deputada Luna Silva falou na questão de um terreno, a aquisição de um imóvel com o novo auditório, não são a mesma coisa, o novo auditório é uma coisa, estão a iniciar esse processo, até a rubrica pode não se chamar novo auditório, pode ser outra coisa qualquer mas semelhante a isso, porque Albufeira já precisa de um equipamento cultural, de um equipamento de eventos à medida da sua dimensão, da sua marca. Depois, temos a questão da aquisição de imóveis, estava lá cinquenta mil euros, são instruções que eu dei, precisamente para em todas as áreas haver a rubrica aberta "aquisição de imóveis com uma verba, que não servirá para



grande coisa, para ser possível adquirir terrenos, quando surge essa oportunidade, e porquê? Já disse várias vezes, o município de Albufeira não é proprietário praticamente de coisa nenhuma, se agora quisesse construir habitação, não tem sítio para construir habitação, não tem um único terreno que dê para construção, era aquele das Fontainhas, que deu e eu reverti um processo que estava andamento, que era uma pista de motocross e como havia lá uma franja que dá para construção onde isso vai ser construído, tem a Quinta dos Barros que vão ser mais vinte e nove habitações que ainda há dias tive uma reunião com o projetista da especialidade, está a ser feito, e penso que dentro de pouco tempo poderá acabar e poderá ser lançado o concurso. Está tudo andamento, mas não há mais terrenos para construção e, por isso, tenho ido à medida que vão surgindo oportunidades, adquirindo alguns terrenos para haver a possibilidade no futuro não muito longínquo, poder haver essa possibilidade de construção da habitação. Portanto, tudo isto está consignado, educação, habitação, saúde, a rede viária, portanto, este ano vamos apostar muito na rede viária, a estrada 526 que liga à freguesia de Armação de Pera até à marina vai ser pavimentada talvez no final do ano, uma vez que antes do verão não dá, tem que ser lançado o concurso, já pedi várias vezes que se lançasse o concurso mais depressa possível, o engenheiro Batalha está aqui que não me deixa mentir e ele tem que dar corda aos sapatos para ver se isso avança rapidamente. Paralelamente estão a ser pavimentados alguns troços de algumas estradas, também já dei instruções para rapidamente se tratar da estrada da Nora, que é uma estrada que tem grandes necessidades de pavimentação e há outras que estão em andamento e que a seu tempo irão aparecer. Eu quero fazer uma reunião um dia destes para fazer uma análise e uma avaliação de tudo aquilo que está em andamento, portanto, tudo isto está em andamento, na parte desportiva estamos a requalificar vários espaços desportivos em vários sítios do concelho, porque temos aquele desiderato de querer ser candidatos a Capital Europeia do Desporto em dois mil e vinte e seis. Consigamos ou não, o que interessa é correr atrás desse objetivo para se melhorar as condições da prática desportiva em termos de equipamentos e materiais desportivos." -----

Domingos Coelho: "Para dizer que estou completamente de acordo com o Senhor Presidente, ou seja, que investir na educação, na saúde e em equipamentos sociais é um investimento, óbvio, aliás, eu prefiro esse ao investimento no alcatrão. Agora, eu estava a falar era no investimento decorrente da despesa de capital, portanto, não



estava a falar que havia pouco investimento nessa área, estou a falar decorrente do investimento que vem da despesa de capital." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação. -----

#### **VOTAÇÃO PONTO SETE:** -----

Votos contra: oito (08) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Silvia Dias, Carla Vieira e André Lima. -----

Abstencões: três (03) Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e o Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

Votos a favor: catorze (14) Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Teresa Neto, Helena Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, David Ferreira, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira e Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

#### **VOTAÇÃO PONTO OITO:** -----

Votos contra: oito (08) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Silvia Dias, Carla Vieira e André Lima. -----

Abstencões: três (03) Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e o Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

Votos a favor: catorze (14) Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Teresa Neto, Helena Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, David Ferreira, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira e Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

A bancada do Albufeira Prometida apresentou declaração de voto. (Doc. n.º 3 anexo a esta ata). -----

### **PONTO NOVE**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da aprovação prevista no n.º 1 do artigo 13.º, da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto referente à proposta de designação da composição dos júris de recrutamento para os cargos de direção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º grau da Estrutura Orgânica do Município de Albufeira; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Mónica Coimbra: "Nos concursos para chefias tem sido hábito e é aconselhável por uma questão de transparência e imparcialidade, ter um elemento externo no júri,



normalmente requisitado à CCDR ou Universidade do Algarve ou mesmo outras câmaras, o que aqui não acontece, não garantindo assim a imparcialidade e a transparência que esta questão acarreta. Senhor Presidente, Explique-nos porquê?”

Carlos Quintino: “Fazer parte de um júri acarreta uma série de responsabilidades, de aumento de carga horária, de deslocações, realização de reuniões, entrevistas, atas, etc, e recorrer a pessoas externas deste município, só por convite, não se pode obrigar as pessoas a fazer parte de um júri, portanto, a mim e à bancada do PSD/CDS não choca absolutamente nada que estes procedimentos sejam feitos com a prata da casa, que são pessoas hoje que eu conheço, diria todos que ali estão, são pessoas competentes, são pessoas idóneas, são pessoas que estão nesta casa, a grande maioria deles há muitos anos e que serão balizados por determinados critérios. Não se está aqui a falar de ser à vontade deles, são pessoas que vão estar pertencer a um júri balizados por determinados critérios e, portanto, queria desta forma manifestar a opção do Senhor Presidente, do executivo e também os técnicos desta casa, que fazem parte desses júris, a nossa concordância com este procedimento, a nossa sensibilidade para aquilo que é a dificuldade e a necessidade de realizar já, a toda a hora este procedimento e desejar-vos, aos técnicos e ao executivo, um bom trabalho nesta árdua missão, entendendo que efetivamente, ninguém vem de fora obrigado.” -----

Mónica Coimbra: “Aqui a questão é, se são convidados não são obrigados, agora estar a colocar aqui pessoas como júri que nem sequer fazem parte da área, acho que não tem qualquer cabimento, interesse, não é justo, portanto, não faz sentido, é só isso. Aqui não estamos a julgar as capacidades dos nossos técnicos, pelo contrário.” -----

Presidente da Câmara: “Conforme o deputado Carlos Quintino disse, quando se convida membros exteriores, ou de entidades externas para fazer parte de júris de concurso, nem sempre fomos bem-sucedidos, nem sempre se consegue arranjar e já aconteceu várias vezes ao longo dos anos que tenho estado aqui, tive os recursos humanos, já aconteceu várias vezes que não tive sorte na questão de haver gente que foi convidada e que viesse. Evidentemente que não são obrigados a vir, é por convite, também já temos mandado daqui técnicos para outras Câmaras Municipais, para outros concursos, não vejo que todos os membros do júri tenham que ser da área em questão, nada disso, e reconheço nos técnicos que estão inseridos na composição dos júris, a máxima lisura, honestidade e idoneidade para exercer esse cargo, portanto, não tenho dúvidas disso,



daí também que não vejo necessidade de ir convidar pessoas do exterior, não vejo isso de uma forma imprescindível e fundamental para que aconteça este concurso.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: três (03) Mónica Coimbra, Luna Silva e Carla Vieira. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Helena Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, David Ferreira, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

#### **PONTO DEZ**

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do pedido de certidão de declaração de Interesse Municipal (DIM) para a unidade de produção H2 Verde de Albufeira, no Escarpão; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: “Antes de, opinar aqui sobre a situação, gostaria que o Senhor Presidente conta -se um pouco a história deste projeto, porque temos aqui algumas dúvidas e mediante, digamos, uma informação mais complementar, assim poderíamos cimentar melhor a nossa posição.” -----

Presidente da Câmara: “A história que eu conheço deste assunto, há uma empresa que se manifestou com interesse em construir uma unidade de produção de hidrogénio, desde logo punha-se a questão das águas, portanto, sei que foi um assunto que eu tratei diretamente, e até sugeri que viessem buscar água às águas residuais da Etar de Ferreiras, porque está ali relativamente perto, isso foi assumido, até está escrito penso eu, e depois entrou-se na fase de recolha de parceiros das entidades. Isto é apenas, e só, a questão de interesse municipal desta unidade, que achamos que é importante em termos daquilo que são as alterações climáticas, daquilo que é as energias alternativas. Agora, até chegar ao licenciamento ainda faltará algum tempo.



E desejando que isto seja licenciado de acordo com as regras existentes e com as leis existentes, obviamente que terá de ser a APA a dar pareceres, o ICNF talvez, a CCDR, e a Câmara Municipal também claro, com base nos pareceres positivos, claro, se houver pareceres negativos, com certeza, que não será possível, mas aqui é apenas para dar um pontapé de saída, digamos assim, para haver esta possibilidade de haver esta unidade." -----

Domingos Coelho: "Eu coloquei a questão porque, aparece aqui um parecer desfavorável do ICNF, da APA e da CCDR. Quer dizer, nós não nos sentimos muito confortáveis em dar o estatuto municipal a uma entidade, em que três entidades, superiores e com responsabilidade na sua respetiva área dão um parecer desfavorável. Para além disso, para quem está a ouvir a história pela primeira vez, colocava duas ou três questões, primeiro, transportar a água da estação de tratamento de Ferreiras até ao Escarpão, como? Condução? Via camião-cisterna? São coisas completamente diferentes e quem paga se investimento, há algum estudo de impacto ambiental para fazer essa travessia de três ou quatro quilómetros? Por outro lado, aquela água da estação de tratamento de Ferreiras é suficiente para a rega, que o Senhor Presidente diz que, já se faz para o ponto de entrega de água, que quer fazer na parte das oficinas, mais para o projeto do Hidrogénio Verde, parece que há muita solicitação para tão pouca água, portanto, julgo que o projeto está assim um pouco e diria um pouco coxo. Na nossa opinião, com já com três pareceres desfavoráveis e mesmo quando se diz aqui para ir buscar água à estação de Ferreiras, não se diz, se já há autorização por parte das Águas do Algarve. Muitas dúvidas." -----

Carlos Quintino: "A bancada do PSD/CDS da documentação que verificou ficou com a ideia e corrija-me Senhor Presidente, se não estou com a ideia certa, de que estes pareceres das entidades, nomeadamente da ICNF, da APA e da CCDR Algarve, eram pareceres desfavoráveis, mas que poderiam ser ultrapassáveis, a ser corrigidos aquilo que lhes é requisitado do ponto de vista técnico. Fiquei com essa ideia, a ser assim, o que nós entendemos é que este pode ser um projeto muito interessante para o município, acautelada que esteja a questão, naturalmente, e certamente que o município terá essa sensibilidade de acautelar a questão da água, porque estamos a falar daquilo que é uma tecnologia de produção de hidrogénio verde através da eletrólise da água. E é um processo inovador e além de poder vir a trazer alguns postos de trabalho no nosso município, tem tudo do ponto de vista ambiental para ser



um processo e um projeto bem sucedido, acuteladas que estejam estas questões das entidades que, digo mais uma vez, Senhor Presidente, depois terá oportunidade de confirmar ou não, poderão ser ultrapassáveis do ponto de vista técnico."

Domingos Coelho: "Mas é óbvio, não há nenhum documento a dizer que aquelas entidades fizeram alguma revisão do seu parecer, ou seja, desfavorável ou favorável, quer dizer, não podemos estar aqui dizer, "parece que", "quer dizer", os documentos dizem que tem uma posição desfavorável. Já agora, em relação aos pontos de trabalho, diz ali que, após a construção, são dois postos de trabalho." -----

Presidente da Câmara: "Nós estamos aqui em duas fases completamente diferentes, daquilo que se está a discutir. Uma coisa é o licenciamento como disse há pouco, outra coisa é o interesse que esta unidade pode ter. O facto de manifestar, e eu não tenho problemas absolutamente nenhuns em manifestar o meu interesse, meu pessoal, de que o município ficaria a ganhar com uma unidade de hidrogénio verde. A partir desse momento, isto não significa que a unidade esteja licenciada, nem pouco mais ou menos e, por isso é que eu disse, com certeza que terá de ser ultrapassado uma série de etapas com a CCDR, com a APA, com o ICNF e com a Câmara Municipal, com a questão da água, das águas do Algarve, a água da ETAR de Ferreira não é assim tão pouca, é bastante. E aquilo que falámos há pouco, da rega da entrada, não é do equífero, a água que está na nora é encaminhada do Ribeiro para lá, senão a água já tinha desaparecido há muito tempo. Portanto, aquilo que estamos aqui a tratar é apenas uma etapa, que não tem a ver com o licenciamento. Se a Assembleia Municipal entender considerar de interesse municipal, este projeto não fica consignada na empresa a situação nenhuma de dizer que foi licenciado, que a Assembleia Municipal deu parecer favorável. Não, a Assembleia Municipal não deu parecer favorável, manifestou o interesse e a partir daí tudo se desenvolve, em termos de licenciamento, são duas coisas completamente diferentes. Eu posso querer ir a um determinado sítio, depois começo caminho, e penso que não devia ter vindo para aqui que isto é difícil de ver, já não estou em condições de andar por estes altos e baixos e depois arrependo-me de ter dito, mas o que é certo é que tinha interesse em lá ir, não quer dizer que consiga. Aqui é a mesma coisa, conforme o deputado Carlos Quintino disse, obviamente, como qualquer obra e qualquer processo de obras que dê entrada no município, há sempre aquela fase em que há os pareceres, inclusivamente pareceres dos técnicos de urbanismo, há os pareceres que têm de que ser ultrapassados, mas, um pontapé daqui e um empurrão daqui as



coisas vão entrando e chega a um ponto que estão ultrapassados e é licenciado. Esse caminho terá de que ser necessariamente percorrido, porque obviamente, não cabe aqui na cabeça de ninguém haver um projeto em andamento sem estar devidamente licenciado com os pareceres favoráveis de todas as entidades, até porque é uma região e uma área bastante sensível é de interesse, é realmente de interesses." -----

André Lima: "Só para tentar esclarecer aqui que eu não percebi, tem de haver este passo de declarar interesse municipal para se poder avançar para a fase de licenciamento? Ou seja, só é possível avançar a próxima fase, se isto for aprovado, se não for aprovado o projeto não pode continuar? É esta minha questão." -----

Presidente de Câmara: "Se a empresa solicitou, ou requereu este pedido é porque tem a ver com a possibilidade de candidatura aos fundos europeus, tem de haver esta manifestação de interesse, portanto, como em muita coisa tem que haver. Há várias coisas que acontece, essa situação ou semelhante a essa, portanto, porque primeiro tem de haver um interesse para a entidade manifestar se tem interesse e a partir desse momento é que se pode começar, mas tem a ver com financiamento." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

#### **VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: oito (08) Francisco Oliveira, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Domingos Coelho, Luna Silva, Silvia Dias, Carla Vieira, André Lima. -----

Votos a favor: dezassete (17) Adriano Ferrão, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Teresa Neto, Helena Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, David Ferreira, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Carlos Quintino: "A bancada do PSD/CDS vem por este meio efetuar a declaração de voto no que diz respeito a este ponto e do seu interesse municipal, tendo em conta que se trata de um projeto de dez milhões de investimento no nosso município, tendo em conta que é um projeto pode vir a ser concretizado e assim estejam todas as condições reunidas com as entidades exteriores e também com aquilo que é o município de Albufeira a contribuir para a redução da pegada de carbono no concelho de Albufeira e porque entende que é um projeto inovador e que pode contribuir também para que



Albufeira fique relacionada com aquilo que são as preocupações ambientais a nível nacional. Votámos a favor.”

### PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura “Requalificação e Ampliação da Creche “Os Amendoinhas” no âmbito do Aviso n.º 09/C03-i01/2023 - Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencções: zero (00) -----

Ausências: três (03) Luna Silva, André Lima e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

Votos a favor: vinte e dois (22) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Helena Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, David Ferreira, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

### PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Candidatura Participação como Investidor Social no Projeto “UpGrades”, no âmbito do Aviso ALGARVE-2023-04 - Parcerias para a inovação social que visem o desenvolvimento de competências em crianças e jovens; --

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----



Abstenções: zero (00) -----  
Ausências: três (03) Luna Silva, André Lima e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----  
Votos a favor: vinte e dois (22) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Helena Dias, Dário Pereira, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, David Ferreira, Cláudia Raimundo, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----  
 A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

### **PONTO TREZE**

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos da Empreitada para execução de coletores e ramais de águas residuais e pluviais, com o preço base de 254.400,00€ + IVA; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Helena Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, David Ferreira, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### **PONTO CATORZE**

Apreciação e deliberação, sob proposta do Presidente da Câmara Municipal, da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, referente à repartição de encargos do Concurso Público para o aluguer de viaturas com condutor para limpeza dos coletores das redes de águas residuais e pluviais, até ao limite de 420.000,00€ + IVA; -----



O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Helena Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, David Ferreira, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

#### PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da autorização prevista na alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, referente ao Concurso Público com publicação de anúncio no JOUE para a "Concessão do Direito de Uso Privado de espaço Público para a Instalação e Operação de Pontos de Carregamento de Baterias de Veículos Elétricos, em locais públicos de acesso público, no concelho de Albufeira"; -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

**VOTAÇÃO:** -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Adriano Ferrão, Francisco Oliveira, Raul Ferreira, Carlos Quintino, Inês Mendonça, Mónica Coimbra, Teresa Neto, Domingos Coelho, Helena Dias, Dário Pereira, Luna Silva, Leonardo Paço, Luis Afonso, Silvia Dias, Carla Vieira, David Ferreira, Cláudia Raimundo, André Lima, José Vila-Nova, Carlos Mendes, Carla Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

### PONTO DEZASSEIS

Apreciação e tomada de posição, nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Relatório n.º 1/2024 do Tribunal de Contas referente à Auditoria à Dimensão Financeira do Processo de Descentralização de Competências (2022); -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não houve intervenções por parte dos membros da Assembleia. -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

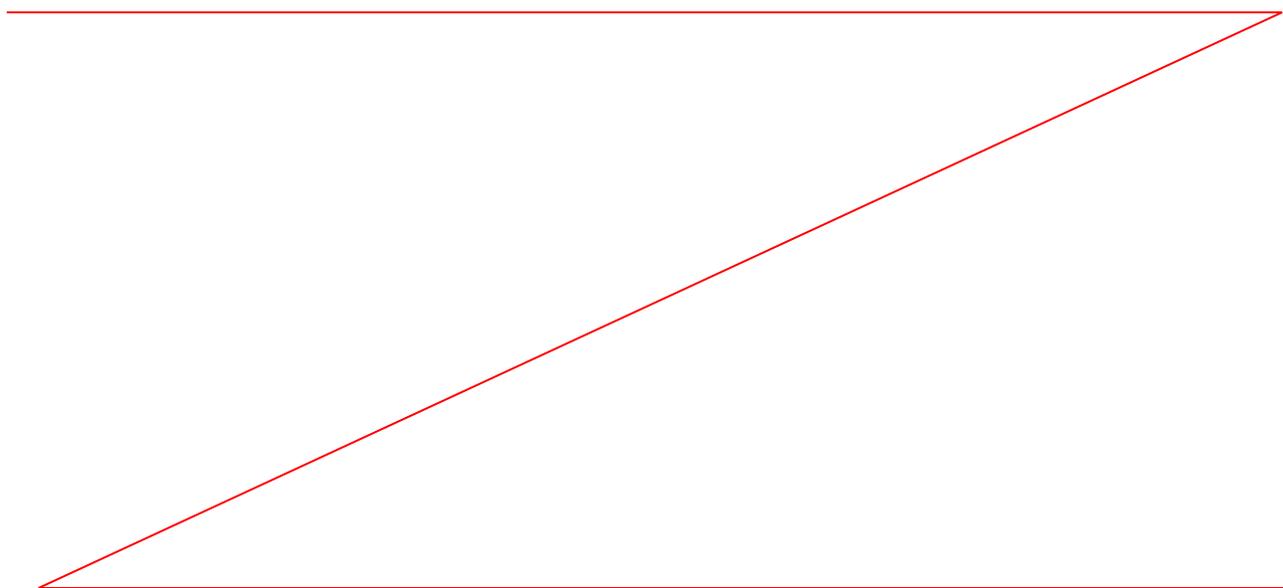
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 22:30 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 20 de fevereiro de 2024 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA \_\_\_\_\_

A PRIMEIRA SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

O SEGUNDO SECRETÁRIO \_\_\_\_\_





Doc. n.º 1

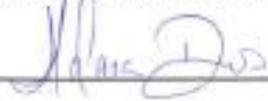
Documento anexo da acta da sessão ordinária do dia 20 de fevereiro de 2024. -----



# **Tomada de Posse da Assembleia Municipal de Albufeira**

**Mandato 2017 - 2021**

Antonieta Helena Bernardino Dias - Movimento Independente por Albufeira;-----

•  \_\_\_\_\_

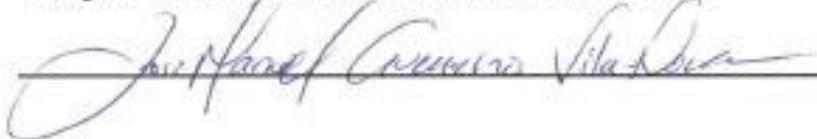
O Presidente da Assembleia Municipal, Francisco José Pereira de Oliveira -----

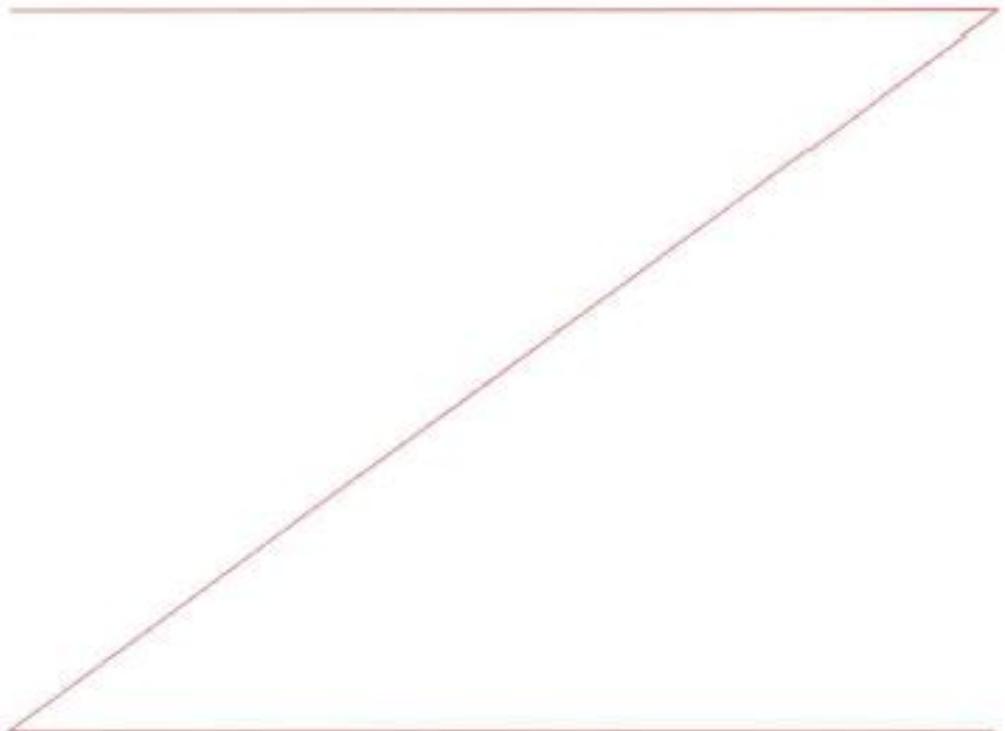
 \_\_\_\_\_

A Primeiro Secretária, Cláudia Sofia Pais Raimundo-----

 \_\_\_\_\_

O Segundo Secretário, José Manuel Guerreiro Vila Nova -----

 \_\_\_\_\_





Doc. n.º 2



Relativamente aos pontos 7 e 8 da Ordem do Dia, a bancada do Partido Socialista declara.

A linha de continuidade dos orçamentos deste executivo tem assentado numa forte arrecadação de impostos diretos, 53 milhões em 2023, numa crescente despesa corrente, 79 milhões em 2023, e uma diminuição de despesa de capital, apenas 12,5 milhões.

Como resultado desta crescente receita fiscal e de um fraco investimento têm resultado apreciáveis saldos de gerência que no caso presente se situa nos 58 milhões de euros. De notar que destes 58 milhões, 23 já estão consignados.

A presente revisão orçamental importa em 60,5 milhões, constituindo-se, na prática, como um novo orçamento

Algumas rubricas e números que bem exemplificam estas opções orçamentais na área da despesa:

- 1) Aquisição de bens e serviços, com uma verba inicial de 35 milhões é reforçada com mais 23 milhões;
- 2) Compra de água, com uma verba inicial de 650 mil euros é reforçada com 6,5 milhões, dez vezes mais;
- 3) Outros serviços, aos 4,9 milhões acrescentam-se mais 3,5 milhões;
- 4) Transferências correntes, aos 6,3 milhões acrescentam-se mais 5 milhões;
- 5) Ações de índole recreativa e promocional, aos 800 mil euros acrescentam-se 1,9 milhões.



Uma nota final para a Habitação e Cultura.

A Cultura, parente pobre destes orçamentos, tinha uma verba de 1,8 milhões, é reforçada com 500 mil euros, diria para despesas correntes. O único projeto significativo nesta área, que seria a requalificação do espaço da antiga Igreja Matriz que foi constando em sucessivos orçamentos mas parece ter sido abandonado de vez e a verba de 1 milhão de fundos europeus ter-se-á perdido.

Quanto à Habitação e apesar da sua dramática carência muito pouco foi contemplado no orçamento inicial e ainda menos nesta revisão orçamental. Aos 780 mil euros iniciais há um irrisório reforço de 198 mil euros.

Em conclusão, a versão do orçamento aprovado a 11 de Dezembro passado era somente o esqueleto daquilo que será o Orçamento e as Gop após esta revisão. Muitas rúbricas tinham verbas alocadas que eram manifestamente insuficientes, como aqui alertamos, como no caso da despesa com água, que não poderia estar mais aquém de um verdadeiro exercício previsional que se quer num orçamento de rigor.

Albufeira, 20 de Fevereiro de 2024

Sus Helderca  
Silva Panula Dias.

Alina  
Josi Calvito  
Alc. (M.A.)  
Alfama



### DECLARAÇÃO DE VOTO – Pontos 7 e 8

Ao analisarmos a documentação disponibilizada sobre a primeira revisão do orçamento para 2024-2028, verificamos que, dos 58.995.979,31€ que transitaram da gerência anterior apenas 19.151.595,31€ serão destinados ao PPI, ou seja, 32,46% do valor do saldo transitado. Nos documentos previsionais, foi-nos dito que, e passo a citar "O Plano Plurianual de Investimentos apresenta, para 2024, uma dotação total prevista de € 80.047.512,00, estando definida a quantia de € 23.017.638,00, faltando, portanto, assegurar a quantia de € 57.029.874,00, que corresponde a parte do saldo da gerência que se prevê que venha a transitar do ano de 2023, à contratação de empréstimos e a verba advinda de fundos comunitários (de candidaturas já submetidas e a submeter)".

Relativamente as AMR's e as despesas correntes, também nos documentos previsionais tínhamos que, e passo a citar "Este documento engloba todas as actividades a levar a cabo pelo município, para 2024, encontrando-se a dotação total prevista de € 107.130.963,00, estando definida a quantia de € 76.291.055,00, faltando, portanto, assegurar a quantia de € 30.839.908,00, que corresponde a parte do saldo da gerência que se prevê que venha a transitar do ano de 2023 e a verba advinda de fundos comunitários (de candidaturas já submetidas e a submeter)."

Neste contexto, para as despesas correntes foram alocados 39.844.384€, mais do que o inicialmente previsto, para fazer face as despesas já previstas e aos novos projetos. Deste modo, continuamos a assistir a um agudizar das despesas correntes e da aquisição de serviços, em detrimento do investimento em infraestruturas e diversificação da nossa economia, o que nos leva a pensar que o rumo de contratar fora e não aproveitar os recursos humanos existentes veio para ficar.

Na educação, segundo os dados dos documentos previsionais, estava como financiamento não definido o valor de 7.235.530€ sendo que nesta revisão foi reforçado o valor de 2.034.545€, faltando financiar um valor superior a 5.000.000€.

Na habitação faltavam definir um valor de financiamento de 4.000.000€. Nesta alteração foram alocados a este financiamento 157.800€.

Na saúde o financiamento não definido era de 3.416.977€ sendo que nesta revisão apenas foram reforçados 1.239.047, faltando garantir mais de 2.000.000€.

Continuamos a assistir a um crescimento exacerbado das despesas correntes, as despesas com pessoal ultrapassam os 35.000.000€, as despesas com aquisição de bens e serviços são cerca de 59.000.000€ o que, só nestas duas rubricas temos cerca de 94 milhões de euros, o que é uma estrutura de custos muito pesada para o Município, tendo ainda em atenção que o aumento das despesas com o pessoal não tem relação directa com a redução das despesas com aquisição de serviços, muito pelo contrário.

Concluimos que chegados ao fim do ano de 2023 e no início de 2024, com esta 1ª revisão, analisados os vários documentos oficiais que são os verdadeiros indicadores da execução e ao mesmo tempo do desempenho do executivo, identificamos os mesmos problemas que temos vindo a afirmar desde o início do nosso mandato. Fracas execuções orçamentais do PPI (De despesas de investimento e de carácter estrutural) com uma execução de 30,57% que é uma execução baixíssima e que iremos pagar a breve prazo.

Em contraponto temos uma execução da receita de 107,63%. Isso demonstra que em termos de receita estamos bem, angariamos muita receita, sendo que destacamos a existência de uma execução anormal de 174,66% de Outras receitas de capital que mereciam uma explicação por parte deste executivo.

Quanto à despesa verificamos que a despesa corrente tem uma execução de 78,93% e a despesa de capital tem uma execução de apenas 32,95% o que vem de encontro ao que temos vindo a alertar desde o início: A excessiva terciarização de serviços têm um peso e custo muito grande para os Municípes, e a não utilização dos recursos humanos e materiais do Município para a prossecução das suas funções fundamentais é notória.

Tendo a Câmara recursos humanos capazes para a execução de serviços continua a optar por contratar fora a prestação desses mesmos serviços.

Na opinião do Albufeira Prometida consideramos haver necessidade urgente de reorganizar os serviços com vista a melhorar a eficácia e actuação dos recursos humanos da Câmara que têm conhecimento e competências tão boas ou melhores do que as empresas que prestam serviços ao Município.

**Por isso, a bancada do Movimento Albufeira Prometida vota contra.**